

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 149 • De 6 a 19 de maio de 1982 Cr\$ 70,00

POLÔNIA URGENTE

Prisões em massa de trabalhadores voltam a ocorrer naquele país. A repressão da Junta militar ocorre após heróicas manifestações de rua do proscrito sindicato Solidariédade. Aos operários poloneses, a nossa mais veemente solidariedade: todo o poder aos trabalhadores!

O IMPERIALISMO ATACA

Primeiro, o capital financeiro com a cobertura da tenebrosa ditadura argentina, estrangulou o país, levando milhões ao desemprego. Agora, a Inglaterra, com o apoio imoral dos EUA, lança o seu poder militar. É a hora da solidariedade dos povos da América Latina.
Páginas 8, 9 e 10

UEE-MG

A estrondosa vitória de Travessia

UNE

Centenas de entidades apoiam a convocação do CONEB

Pág 16

DOSSIÊ DA OPOSIÇÃO CONFIÁVEL

QUEM SÃO E O QUE FIZERAM ESTES HOMENS



Simon



Tancredo



Miro



Sandra



Montoro

Montoro apoiou até Médici e Tancredo nem se fala. Já Sandra tem ligações com o SNI enquanto Miro é o rei da corrupção. Simon, por sua vez, aposta numa ditadura reformada. Págs. 2 e 3



Dossiê da oposição

A autenticidade da oposição burguesa não resiste a uma revisão mínima de seu

Franco Montoro - PMDB

O mestre da subserviência

Há mil exemplos na carreira de Montoro que confirmam a sua vocação para conciliar até com as ditaduras mais repressoras, como a de Médici.



Assessoria de Franco Montoro deve ter ficado apavorada quando o senador, em uma conversa displicente com jornalistas, garantiu que se eleito governador promoverá um governo de acomodação ao governo federal, não faria uma devassa a administrativa no governo Maluf e procuraria compor na indicação do secretário de Segurança. Dias depois, o senador viria a público desdizer o que havia afirmado.

No entanto, há mil exemplos na vida pública de Montoro que comprovam a sua vocação conciliadora, o gosto pela subserviência.

Montoro começou a sua carreira como vereador na capital paulista em 1954, sendo em seguida deputado estadual e deputado federal pelo Partido Democrata Cristão. No curto período do parlamentarismo, que se seguiu à renúncia de Jânio no início dos anos 60, Montoro ascendeu ao posto de ministro do Trabalho. Em um momento de ascenso do movimento sindical — o período que precedeu a criação do CGT — o novo ministro aparece como o principal articulador de uma proposta desmobilizadora com uma posição alternativa ao avanço da influência da esquerda entre os trabalhadores.

“Daremos tudo ao operariado, pelo bem e grandeza do desenvolvimento”, afirmou Montoro na posse. Propõe, entre outras medidas, um plano habitacional capaz de dar casa ao trabalhador e assim “cumprir o ponto de nosso programa de fazer do proletário um proprietário. Através do modelo de participação nos lucros, pretende “fazer da empresa, a grande revolução da estrutura do Brasil. Faremos da empresa não o monopólio dos detentores do capital, mas comunidade de trabalho em que o trabalhador será co-proprietário e, em consequência, participará dos lucros e dos resultados das empresas.” É interessante observar que a mesma linguagem foi usada pela ditadura para justificar a criação do BNH e dos fundos de captação compulsória da poupança do trabalhador, mas que visavam sobretudo à acumulação de capital. Propõe, finalmente, a contenção do custo de vida, a elevação dos salários. No período, houve de fato uma brutal redução do poder de compra do salário de acordo com os dados do DIEESE.

Promessas e apelos

Aos trabalhadores, promessas e o apelo inevitável: “os direitos dos sindicatos serão respeitados em clima de paz e de amor, longe dos ódios de classe, de hierarquia ... tenho a certeza de que em greve conseguirei a paz social”. (discurso de posse). Dias depois, renovou o apelo para que os “trabalhadores atravessem este período difícil sem agitações, preservando a paz social, fundamental à estabilidade das instituições, ainda agora tão bravamente defendida pela opinião popular”.

No entanto, o equilíbrio precário da conciliação nem sempre seria cumprido pelo

ministro. Em 1961, autorizaria o uso da força federal contra os bancários em greve.

Apoiando Médici

Parlamentar moderado, Montoro não seria cassado em 64 e prossegue a sua carreira em meio a onda de violência e repressão que envolveu o país no final dos anos 60 e início da década seguinte. Em 1970, em plena ditadura sanguinária do general Médici, Montoro, candidato a senador, afirma “que já estamos na madrugada da grande noite”. E diz “acreditar no jogo da verdade que o presidente propôs”. Como exemplo das luzes que se vislumbram a ponta ... a eleição por via indireta do governador Chagas Freitas para o governo do Rio de Janeiro.

Sai Médici, entra Geisel e Montoro continua a bater na tecla da conciliação. Em outubro de 1974, mesmo após a cassação de um deputado do MDB e um mês antes das eleições, Montoro marca um encontro com Geisel e explica: “o fato da cassação do deputado não deve interferir no diálogo entre oposição e governo. E do ponto de vista eleitoral, a repercussão será positiva junto às bases, freqüentemente iludidas por declarações que identificam o MDB com a contestação revolucionária e mesmo com a subversão.”

Três dias após a estrondosa derrota do governo, Montoro avista-se com Geisel e afirma que “se a Arena perdeu não se pode atribuir a culpa ao regime mas aos erros praticados pelos arenistas” e elogiou o general por ter tido um comportamento de “verdadeiro juiz”.

Alcançada a maioria parlamentar peemedebista na Assembléia Legislativa de São Paulo, Montoro tratou logo de acalmar o governador Paulo Egydio, indicado pela ditadura: “acho que fica até mais fácil pois nós limpamos a área. O futuro governador poderá montar um secretariado sem se prender a esquemas ou promessas, pois o MDB não quer nada. Por outro lado, não estamos pretendendo fazer obstruções inúteis ou tumultuar.”

Escolhido líder do MDB no Senado, Montoro propôs logo no início das atividades parlamentares em 1975 a união dos dois partidos “acima das naturais divergências pessoais ou partidárias e tendo por guia o bem comum.”

Já em 1977, Montoro apoiou a proposta de Jarbas Passarinho de substituir o AI-5 por um mecanismo constitucional. E no mesmo ano, dirigindo-se a Geisel, afirmou: “o Brasil precisa de um novo Caxias, isto é, de um homem capaz de executar um projeto de pacificação que permita sepultar ódios e ressentimentos acumulados ao longo dos treze anos de processo revolucionário.”

Hoje, ao que tudo indica, Montoro se eleito governador repetiria o mesmo apelo ao general Figueiredo, pois a conciliação está profundamente impregnada na sua história e convicção.



Sandra Cavalcanti - PTB

A dama do SNI

Sandra, além de ligações íntimas com os órgãos de segurança, tem o aplauso de Figueiredo e Delfim



Sandra Cavalcanti, candidata do PTB ao governo do Rio de Janeiro, vem sendo saudada pela imprensa burguesa como o maior fenômeno eleitoral de 1982. Começou a sua carreira política militando na direita do movimento estudantil dos anos 50. “Enquanto nosso grupo atuou aqui, o diretório acadêmico jamais caiu nas mãos dos comunistas. Sem interferência da polícia. Éramos nós, os democratas, que trabalhávamos até nos sábados e domingos para impedir isso”, relembra Sandra em uma entrevista concedida em 1977. O movimento estudantil foi o trampolim de uma eleição para a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro em 1954. Reeleita em 1960, foi convocada pelo então governador Carlos Lacerda para ocupar a secretaria de Serviços Sociais. Ai, a primeira grande mancha de sua carreira: foi a sua secretaria que se responsabilizou por brutais operações de desfavelamento, havendo inclusive denúncias de eliminação física de mendigos.

Sandra ficaria famosa pela sua participação na primeira presidência do BNH a partir de 1964. A idéia não lhe pertencia: o projeto de construção em larga escala de habitações populares com um esquema especial de financiamento era uma das bandeiras do movimento popular no pré-64. Sua saída após treze meses de exercício do cargo é explicada por ela como uma renúncia frente às distorções das prioridades de financiamento do BNH que teria abandonado os seus objetivos sociais.

A verdade é bem outra. Pouco antes de assumir a presidência do Banco, ela declarou que o BNH e o plano de construção de moradias foram criados para interessar os capitalistas na produção de casas pois até aquela data estavam empregando seu dinheiro em setores que davam mais lucro. Sua renúncia está ligada a irregularidades apuradas na Cooperativa Habitacional da Guanabara

(COPHAB-GB), a primeira por ela fundada. Os vínculos de Sandra com as construtoras têm uma prova insofismável: do BNH foi direto ocupar o cargo de assessora da construtora Carvalho Hosken.

Ligação com o SNI

Em 1974, Sandra volta ao cenário político como candidata da ARENA, tornando-se posteriormente líder deste partido na Assembléia Legislativa do Estado. Em março de 1977, uma ruidosa revelação: em uma sessão da Assembléia, Sandra declarou “estar em condições” de fornecer gravações do SNI da sessão de dois dias antes quando o então MDB, através de sua liderança partidária, criticara o AI-5. O episódio, documentado nas atas da Assembléia Legislativa, é apontado como a grande prova das estreitas ligações de Sandra com os órgãos de segurança da ditadura.

Em 1978, ainda pela legenda da ARENA, perdeu para o emedebista Nelson Carneiro a disputa de uma vaga para o Senado. Boa parte da votação de Sandra se deveu ao apoio do governador Chagas Freitas que trabalhou contra a candidatura do senador emedebista. “Candidata por um partido de oposição, posso ganhar”, analisaria em 1981 Sandra.

Hoje, ela está no PTB, um partido formalmente de oposição, após curtas temporadas no PDC e no PDR. Mas o ranço governista de sua candidatura é claro: no dia 4 de novembro do ano passado, foi ao gabinete de Delfim Neto em Brasília agradecer em nome de quatorze municípios do norte fluminense o seu curral eleitoral — um empréstimo de 120 milhões de dólares para um projeto de irrigação na região; recebeu recentemente um elogio público de Figueiredo à sua candidatura.

confiável

passado. Corrupção, submissão abjeta ao poder e até dedurismo formam o quadro.



Miro - PMDB

O herdeiro da corrupção

O afilhado de um dos governos mais corruptos já leu até discurso de Sylvio Frota no plenário da Câmara.



Cassado mais um subversivo do MDB, era a manchete da primeira página. O jornal era *O Dia*, o ano era o de 1976 e o cassado... o atual candidato a governador do Rio pelo PT, Lysaneas Maciel. O dono do jornal, o atual governador Chagas Freitas, dirigente de um governo dos mais corruptos e repressores — entre as suas façanhas, está o fechamento do Centro Estadual dos Professores por ocasião da greve da categoria em 1979 — e que hoje patrocina a candidatura do peemedebista Miro Teixeira ao governo do Estado.

Miro hoje nega o patrocínio: “somos apenas amigos”. Alguém acredita? Waldomiro Teixeira começou a sua carreira política com dois estrondosos fracassos: por duas vezes foi derrotado nas eleições para o Diretório Acadêmico da Faculdade Cândido Mendes, concorrendo pela Ação Democrática Universitária, grupo de extrema-direita.

Entre esses pequenos fracassos e os 536 mil votos obtidos nas eleições para deputado federal em 1978 há o chaguismo. Miro conheceu Chagas como repórter de *O Dia*, fazendo a cobertura de uma solenidade de homenagem a este em 1965. A notícia agradou e Miro passou a ser o repórter predileto e permanente de Chagas.

Em 1970, já apadrinhado, foi eleito com 22 mil votos para deputado estadual. Chagas no governo, instalou-se numa sala ao lado do gabinete do governador, usufruindo durante os

quatro anos seguintes de todo tipo de favores. Denúncias feitas na época davam conta de que todo o movimento das contratações do funcionalismo passava por suas mãos. O resultado: em 1974, multiplicou por doze vezes a sua votação. Em 1978, a sua campanha eleitoral foi a mais cara da história do país, com aplicação na época de 40 a 50 milhões de cruzeiros. Em entrevista ao *O Globo*, no dia 19 de novembro de 1978, agradecia o apoio de Chagas: “o meu ídolo político é Chagas Freitas e mais ninguém”.

Filho de detetive, ex-repórter policial, chefe de uma máquina azeitada de corrupção que envolve o tráfico de influência com a polícia, Miro recheou em 1978 a sua campanha com a promessa de lutar para fortalecer a segurança, “a defesa da população ameaçada pelos assaltantes.”

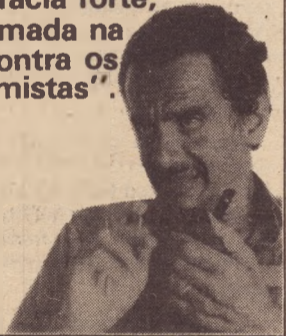
Dois dos seus únicos projetos que passaram no período de 1974 a 1978 dispõem sobre medidas de repressão a viciados e traficantes de drogas. Em 1976, se alinhou claramente às forças mais retrógradas da ditadura, lendo no plenário da Câmara Federal um discurso do então ministro da Guerra, Sylvio Frota, e do presidente da IMBEL, por ocasião da implantação da Empresa Bélica Estatal.

Hoje, Miro se adapta aos novos tempos. Declara-se socialista, favorável à discussão de um programa de governo nas bases, conclui alianças com forças da esquerda reformista... Alguém acredita nele?

Simon - PMDB

O conservador austero

A moderação do político gaúcho o faz aspirar a uma democracia forte, armada na luta contra os “extremistas”.



Pedro Simon é o exemplo maior do liberal de retórica solta, agressiva mas profundamente conservador em sua prática, nas suas idéias. Sua carreira política começou no movimento estudantil, onde chegou à presidência do Conselho da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Em 1958, ao chegar à presidência de uma provisória Junta Governativa da UNE, teve a oportunidade de expurgar uma ala da esquerda.

Eleito para a Assembléia Legislativa pelo PTB, teve como marca do seu mandato a moderação, o que lhe abriu a possibilidade de escalar a hierarquia do partido oposicionista. Em 1964, após diversas cassações de mandatos, assumiu a liderança do extinto PTB na Assembléia Legislativa. Em 1968, com as novas cassações que cercaram inclusive a carreira do então presidente do PMDB gaúcho — Siegfried Hauser — ele assumiu a direção partidária no Estado.

Deputado mais votado em 1974 (141 mil votos), Simon explodiu nas urnas quatro anos depois, sendo eleito senador.

A proposta de maior repercussão de Pedro Simon no período da distensão foi a da substituição do AI-5 por um sucedâneo, uma Junta

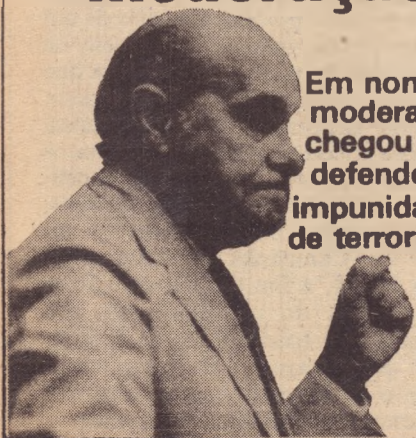
do Supremo Tribunal Federal que teria duas funções: estudar as denúncias de corrupção e subversão, dando base às sentenças do governo; decretar a suspensão dos direitos dos cidadãos nos momentos de crise política. A proposta foi denunciada na época por emedebistas do grupo autêntico como uma legitimação do arbítrio da ditadura.

Mas não é outra a proposta “democrática” do senador, por diversas vezes enunciada. “Durmo sempre tranqüilo em relação ao comunismo porque sei que as Polícias Civil, Militar e Federal, o SNI, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão me garantindo contra o comunismo, mas em relação à extrema-direita eu não tenho tanta certeza (...). Nossa posição, a do MDB é absolutamente clara: queremos democracia, justiça social, somos absolutamente contrários a extremos e não queremos uma democracia suicida. A queremos forte, armada de instrumentos que, entretanto, seja frutos da lei, resultados da vontade popular e não do arbítrio de alguns que se intitulam defensores da Nação.” (Jornal do Brasil, 10 de setembro de 1978). Enfim, uma “democracia forte” ou uma ditadura legitimada, que não é outro senão o projeto do atual regime.

Tancredo - PMDB

O patriarca da moderação

Em nome da moderação, chegou até a defender a impunidade de terroristas.



Carregando os seus cinquenta anos de atividade política — foi eleito vereador pelo Partido Progressista em 1933 pelo município mineiro de São João Del Rei — Tancredo Neves resume o casamento do elitismo mais refinado, o sentimento anti-povo mal dissimulado, com uma versatilidade de compor os arranjos políticos os mais diversos.

Pedessista de primeira linha, soube sempre conviver bem com os principais líderes udenistas mineiros; em 1960, sofreu a sua maior derrota eleitoral para o governo de Minas perdendo para Magalhães Pinto, o histórico adversário com o qual iria compor recentemente as bases de um novo partido; principal figura do governo parlamentarista no período Jango Goulart, soube se preservar e conquistar a intimidade dos generais do golpe de 64.

Sua avaliação de 64: “o que realmente enfraqueceu o governo Jango foi a má condução das reformas. Elas eram justas e legítimas, tanto assim que a Revolução, a seu modo, adotou quase todas. Mas foram mal conduzidas, transformadas em instrumentos de aliciamento ideológico, em pretextos para agitação.” **Façamos a revolução antes que o povo a faça, parece encerrar a chave da continuidade da**

carreira do velho político mineiro. Em 1981, voltaria coerentemente a declarar: “se as transformações reclamadas pela sociedade não forem feitas com urgência e inteligência política, elas se farão à nossa revelia, sem nós e contra nós, pela força e pela violência, levando de roldão na sua fúria muito do que deve ser preservado do nosso acervo jurídico e social.”

“Se eleito, será pior do que o Miro no Rio de Janeiro”, sentenciou o deputado peemedebista Tarcísio Delgado sobre a candidatura Tancredo para o governo de Minas.

Amigo pessoal de Castello Branco, que foi seu professor na Escola Superior de Guerra, de Costa e Silva, frequentador dos salões íntimos do Planalto, Tancreto tem apenas o mérito de não esconder o seu projeto político, o “de atuar como força de contenção e de neutralização dos impactos de radicalização das oposições.”

Um bom exemplo da atividade política do senador ocorreu em setembro de 1981, quando veio a público defender a impunidade dos terroristas do Riocentro e acusar a imprensa nacional de ter dado uma cobertura ao caso que foi “facciosa desde o primeiro momento”. Em nome da moderação, o que não fará Tancredo Neves após novembro de 1982?

Editorial

Botando as cartas na mesa

Na maioria dos estados do país e principalmente nos mais urbanizados, os candidatos que concorrem ao governo do estado pela legenda da ditadura apresentam-se minoritários nas aferições da opinião pública feitas pelos organismos os mais variados. São estimativas imprecisas, sob certo ponto de vista sujeitas a questionamentos mas que indicam tendências. Há fatos bem sólidos como o desemprego e a inflação para explicar que o descontentamento com a ditadura militar seja cada vez mais generalizado e profundo.

O fato é que nos estados mais industrializados do país, onde são mais fortes as organizações populares, o sentimento oposicionista é o ponto de partida para a campanha eleitoral. E o que estará fundamentalmente em jogo será que tipo de alternativa à ditadura, que expressão política e por quais canais partidários o sentimento oposicionista vai se guiar.

O centro da campanha do PT será, como foi definido na plataforma aprovada no Encontro nacional, o combate pelo fim da ditadura militar e o “compromisso com a construção de um novo poder, baseada na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construir uma sociedade sem explorados e exploradores”. Para isso, o PT procurará “avançar na construção, pela base, de entidades representativas que unifiquem e fortaleçam as lutas populares.”

Ao girar a campanha em torno a este eixo, sintetizado no lema Terra, Trabalho e Liberdade, o PT se diferenciara de todos os outros partidos que hoje se apresentam como de oposição. Mas, em um momento em que os políticos burgueses colocam suas maquiagens e procuram esconder de todos os modos seu ideário anti-popular, essa diferenciação não é suficiente.

O PT tem o dever de, de forma explícita e clara, denunciar, desmascarar os oposicionistas de meia-vidagem que após o 15 de novembro recolherão suas promessas em troca de arranjos com a ditadura. E para isso, tem à sua mão toda a história das falcatruas e traições cometidos por estes políticos burgueses e seus partidos.

É um desafio que tem o sentido exato de generalizar e difundir a desconfiança com os partidos burgueses que está na origem do PT, de reforçar o sentimento que a força dos trabalhadores está neles próprios e não em uma representação delegada e duvidosa.

É que, mais do que um sentido eleitoral, significa minar o caminho através do qual a ditadura, após novembro de 1982, procurará recompor as suas bases políticas e perpetuar a sua dominação através de um grande acordo nacional.

Encontro municipal do PT / São Paulo

Prevaleceu a vontade dos delegados

Mas o partido sofre arranhões perigosos na sua tática eleitoral

Por João Machado

O que mais polarizou o Encontro municipal de São Paulo foi a composição da chapa de vereadores. A discussão da plataforma municipal foi inclusive deixada para outro Encontro.

O problema começou com a chapa apresentada pela Executiva Estadual. Em primeiro lugar, constavam os nomes indicados como candidatos locais pelos distritos eleitorais da capital (os diretórios paulistanos são distritais e não zonais como em outras capitais). Tudo bem, exceto para o distrito de Socorro (ver box). Depois, vinham os nomes propostos como candidatos gerais (isto é, que não seriam candidatos do próprio distrito). Como a capital tem 55 distritos, e as vagas na chapa são 63, mais 8 nomes teriam indicação garantida.

A Executiva encaminhara uma consulta aos distritos sobre os 8 candidatos gerais, mas não a respeitou. Sem esclarecer ao plenário quais eram os nomes indicados como tais pelos distritos, a Executiva propunha nos nomes gerais alguns deles, mas também, junto a estes, outros que haviam constado das consultas como candidatos a deputado, e que optavam agora pela vereança.

Mais dois nomes eram ainda propostos como candidatos gerais para o caso de não se completarem as 55 indicações dos distritos (o critério era de que os distritos que ainda não haviam feito indicações poderiam ainda fazê-las). Portanto, a chapa da Executiva, sem nenhuma explicação, previa que se mais de dois deixassem de fazer estas indicações, sobriariam vagas, apesar de haver outros nomes mais indicados nos distritos como candidatos gerais.

A vontade das bases

Todos estes aspectos foram questionados pelo plenário e nos grupos de discussão. Antes de voltar ao plenário, a Executiva reconsiderou a indicação de Socorro (ver box) e divulgou a lista dos outros nomes indicados para candidatos gerais, propondo que eles fossem incluídos caso houvesse vagas (o que era tranquilo).

Ficava por esclarecer os questionamentos sobre os primeiros nomes indicados para candidatos gerais. Apesar de muito criticada, a Executiva Estadual resolveu manter suas propostas. Assim, várias questões foram levadas para deliberação.

O companheiro Pereirinha, conhecido



e combativo militante da oposição metalúrgica de São Paulo, havia sido indicado para deputado e era agora proposto para vereador. Mas o seu distrito (Itaquera) manifestou-se contra, insistindo em que continuasse como candidato a deputado. Colocada a questão em votação, ganhou a posição de Itaquera contra a da Executiva.

A indicação majoritária da zona Sul para candidato geral era de Pedro Domingos. A Executiva propunha no seu lugar Leonides Tatos, que perdera a indicação para vereador no seu distrito (Socorro) e fora indicado deputado por outro. Em votação, ganhou a proposta da zona Sul.

Até aqui, os delegados estavam corrigindo indicações onde a Executiva desrespeitava a consulta às bases. No entanto, criara-se já um clima de indisposição com a Executiva (que dirigia a mesa), e haviam sido usados argumentos (principalmente por Itaquera) de que "mais de um candidato a vereador do distrito prejudicaria a eleição do nome do distrito".

Reservas de domínio

Assim, em seguida, delegados da região Sudeste propuseram retirar o nome de um companheiro da região, proposto pela Executiva como candidato geral, não indicado pelo próprio distrito mas sim por outro. O argumento era de que poderia prejudicar a eleição do candidato preferencial da região. Em votação,

mais uma vez perde a Executiva, e agora passa claramente o critério de "áreas reservadas".

Já era um resultado questionável. Mas o pior veio em seguida: o petista mais indicado (por três distritos) como candidato geral era Paulo Roberto Pepe, vice-presidente do DCE da USP e ligado à Convergência Socialista. Inicialmente não incluído na proposta da Executiva, mas posteriormente agregado, teve seu nome questionado por um delegado do seu distrito (o Butantã), ligado à corrente conhecida como Libelu. O argumento era de que sua indicação prejudicaria a eleição de Cleusa Turra, do mesmo distrito, presidente do DCE da USP, e ligada à Libelu. Esta proposta significava ao mesmo tempo desconhecer a indicação de três distritos e privar a Convergência Socialista de seu candidato a vereador. E tudo isto quando sobriavam vagas na chapa. Num clima de "distritos questio-

nando a Executiva" (o que não era na verdade o caso) e de confusão, a proposta da Libelu ganhou, por pequena diferença.

Certamente o PT terá menos de 63 candidatos a vereador em São Paulo.

Num balanço do Encontro, a sua democracia foi respeitada: prevaleceu a vontade dos delegados. Mas a Executiva Estadual se desgastou bastante (e a responsabilidade maior é sem dúvida dela própria, ao se afastar dos critérios que haviam presidido o debate sobre os candidatos). E além disso, os erros da Executiva e o oportunismo da Libelu criaram um perigoso precedente de defesa de "áreas reservadas" e de vetos no partido. Tais decisões, contrariam inclusive os métodos da Carta Eleitoral aprovada na pré-convenção nacional do partido. Para todos os delegados, é necessário ter cuidado para evitar que tais problemas voltem a ocorrer na pré-convenção estadual dos dias 8 e 9 próximos.

A deputada Irma Passoni e o respeito às bases

A maioria dos delegados da zona Sul da cidade se rebelou contra o desrespeito às indicações dos diretórios distritais da região.

O problema mais sério foi a tentativa de forçar a retirada do candidato da região de Socorro, Sebastião Sá. Este companheiro foi convidado alguns dias antes do Encontro para uma reunião articulada por Armelindo Passoni, marido da deputada Irma Passoni. Da reunião participaram 13 companheiros, sendo que 10 haviam sido delegados do encontro distrital de Socorro (que teve 23 delegados). Na reunião, Sebastião foi levado a assinar uma carta, onde renunciava à sua indicação e expressava o seu apoio à indicação de um outro companheiro, Adriano.

Da relação apresentada pela Executiva Estadual no início do Encontro municipal, constava então o nome de Adriano como candidato indicado por Socorro. Isto provocou vivos protestos dos delegados não convidados para a reunião e de Sebastião, que se declarou "vítima" de uma trama, e que não havia renunciado à sua indicação. Reunidos os delegados da região, a maioria confirmou o nome de Sebastião como candidato do distrito

(contra a opinião do companheiro Armelindo, que insistia em manter Adriano).

Na verdade, não é a primeira vez que a deputada Irma Passoni e Armelindo passam por cima de decisões da região (que é a base principal da deputada). Na convenção que elegeu o atual Diretório Estadual, Irma indicou a princípio para o Diretório como "representante dos metalúrgicos da Zona Sul" um certo Teobaldo, sem nenhuma consulta prévia à região. Na convenção, diante do protesto dos delegados da região, este nome foi retirado: Teobaldo não tinha militância efetiva nem na categoria metalúrgica, nem no partido. Aliás, depois disto simplesmente sumiu do PT. Mas o nome indicado pela região no lugar de Teobaldo não foi incluído pela Executiva.

Na última convenção estadual era delegado por Socorro um companheiro (Severino) cujo nome não constou da lista, substituído pelo companheiro Adriano. A ata fora feita por Armelindo Passoni. Diante da grita, foram impugnados os dois nomes.

Ou seja: na região, vem-se lutando para garantir as decisões das bases num verdadeiro corpo a corpo.

Goianos articulam campanha de luta

Com a formação do Comitê Estadual de Campanha, na pré-convenção realizada em janeiro, o PT de Goiás armou-se efetivamente para desenvolver sua Campanha no estado. A atuação do Comitê, formado pelos candidatos a cargos de deputado federal e estadual, pelos candidatos majoritários e por vários militantes, começa a se delinear claramente a partir de março. Este Comitê tem a função de traçar as normas da Campanha de Luta/Eleitoral, regular a propaganda unificada, proporcionando meios a todos os candidatos para que possam realizar a campanha do PT. No mês de março é tirado o Regimento de Campanha, onde, entre outros pontos, é colocada a obrigatoriedade de que em toda a propa-

ganda eleitoral conste a campanha por Trabalho, Terra e Liberdade e os nomes dos candidatos a cargos majoritários. Além disto, haverá permanentemente um cartaz de propaganda com todos os candidatos a cargos proporcionais.

A fim de lançar a campanha, transformando-a num fato de grande repercussão, está sendo organizada uma grande manifestação para o dia 25 de junho em Goiânia, quando estarão presentes delegações de todas as cidades do interior. Esta manifestação apresentará os candidatos do PT a toda a população goiana, sendo um ponto importante na campanha.

Contudo, é importante que o partido não fique apenas na campanha, por mais

que esta esteja colada aos movimentos dos trabalhadores de Goiás. Junto a esta movimentação toda, estão sendo programados encontros estaduais das mulheres e de sindicalistas do PT, com vistas aos encontros nacionais que ocorrerão, respectivamente, em junho e julho. Também continua a formação e organização de diretórios e comissões provisórias, muitas vezes boicotadas por elementos do governo, como um Juiz Eleitoral do norte do estado (fazendeiro e grileiro), que até hoje não entregou as fichas de filiação de diretórios da sua região.

As condições financeiras são precárias (o Comitê de Campanha deliberou que toda a arrecadação estadual seja colocada em função do fundo comum de cam-

panha) e as condições de organização também. Entretanto, os militantes comprometidos com a construção de um PT forte e de intervenção devem se dedicar constantemente à tarefa para que o PT saia ainda mais fortalecido desta campanha eleitoral. Não serão aceitas, como frisa o Regimento de Campanha, as campanhas eleitorais que visem o benefício pessoal. Cabe aos petistas goianos, neste momento, o fortalecimento do Comitê de Campanha de Luta e da direção do PT, a fim de que este não se perca na via do eleitoralismo, tão condenada por todos. Pois, na prática, quando há a negação de fortalecer o Comitê e a direção, o que ocorre é exatamente isto. (Américo Bernardes).

Gaúchos organizam a campanha unitária

Com a casa cheia e cerca de 200 delegados de todo o estado, o PT realizou no último dia 25 a sua pré-convenção estadual.

Na pauta, completar a chapa majoritária, plataforma regional, organização partidária, campanha eleitoral, além das nominatas para deputados estadual e federal.

Sobre a vice governança, a discussão realizada no interior do partido foi feita principalmente em torno de dois nomes: Clóvis Ilgenfritz, arquiteto e Secretário-Geral da regional, e Gecy Prates, Presidente do Diretório de Caxias do Sul (importante região econômica do estado) e presidente do Sindicato dos Gráficos.

A diferença entre as indicações para um e outro nome, feitas pelos diretórios no estado, era pequena. Foi ressaltada a importância da representação na chapa de todo o leque de trabalhadores urbanos e rurais que compõem sua base social e o plenário ao final aclamou o nome de Gecy Prates. Para em seguida Avani Keller e Noé Campos de Carvalho serem indicados para suplentes de senador.

Depois da aclamação dos nomes que completaram o time de frente do PT Gecy Prates afirmou que "uma mulher foi indicada para concorrer às eleições majoritárias em razão de todo o trabalho demonstrado. A mulher tem participado

A pré-convenção do último dia 25 completou a chapa majoritária e precisou a tática eleitoral no que diz respeito à organização da campanha.

Por Gerson Almeida

da organização do partido, dos movimentos populares, e isto é um fator para que esteja representada na nominata do partido".

Quando da discussão sobre a plataforma eleitoral, foi aprovado um texto-síntese, feito a partir do trabalho preparado pelas comissões do partido, para subsidiar a discussão dos seus diretórios. A redação final vai ser feita em reunião ampliada do Diretório Regional, no dia 30 de maio, quando se estará de posse das sugestões do conjunto do partido.

O ponto alto da convenção, porque polêmico, foi o momento em que entrou em pauta a forma de concretização das decisões do Diretório Nacional sobre a campanha unificada e o fundo comum.

Foi distribuído um documento assinado por Raul Pont, candidato ao senado, que foi a base desta discussão. Nele, é garantida a centralização da campanha "cada diretório municipal constituirá um comitê eleitoral unificado... deverá

coordenar a campanha e o fundo financeiro comum"... O comitê eleitoral unificado "deverá prover os recursos para a campanha unificada, e reservará uma cota mínima igual para propaganda individual (panfletos, santinhos, cartas etc), para todos os candidatos".

Nas intervenções, durante a discussão deste ponto, vários companheiros, apesar de se afirmarem de acordo com o fundo comum, não concordavam que se definisse a questão ao ponto de garantir a igualdade de condições a todos os candidatos. "Não é viável. Teremos que olhar de lupa, se todos os nomes estiverem no mesmo cartaz", eram alguns dos argumentos usados.

Entretanto, no desenvolver da polêmica, a quase totalidade do plenário estava convencida de que o PT não deveria entrar no deus-nos-acuda da disputa por cada pedaço de muro disponível — como fazem os outros partidos — onde os próprios companheiros comem uns aos outros. "O PT deve aparecer como um

partido, a sua campanha vai ser uma só, os candidatos devem se diferenciar pelo grau de inserção que possuem nos movimentos sociais e não pela quantidade de dinheiro disponível para a campanha", dizia o documento.

Desta forma, o texto foi referendado no seu conjunto, havendo apenas uma modificação num ponto em que propunha a regionalização da campanha do PT. No seu lugar, um entendimento que não a leva em conta e alerta para a proibição de "feudos" e "áreas fechadas".

Foi ainda referendada a lista dos nomes lançados a deputação estadual e federal que mesmo contando com companheiros importantes e representativos necessita ser ampliada.

Sobre a organização partidária, foi definido o fortalecimento do PT nos municípios onde ele está presente — cerca de 75% do eleitorado — e sua constituição onde existir possibilidades, devendo lançar candidatos em todos eles.

No final, Olívio Dutra declarou que "temos que lutar contra a exploração dos trabalhadores e o fato de os exploradores estarem num partido de oposição não diferencia o grau de exploração que exercem sobre a classe trabalhadora. O PT não confunde os interesses dos explorados e exploradores".



Os jornais aqui comentados saíram antes do 1.º de Maio, de forma que sobre o acontecimento maior da quinzena trazem apenas expectativas e não balanços do que de fato ocorreu. Passemos então aos temas gerais.

Jornal dos Trabalhadores

O órgão oficial do PT continua crescendo. Seu n.º 3 saiu com uma tiragem de 25 mil exemplares e cada vez melhor, no conteúdo e na forma. Avançando na faixa da denúncia o jornal traz em primeira mão sua primeira grande tacada: o governo, sorrateiramente, acaba de devolver à Lutfalla do Sr. Maluf tudo o que anteriormente confiscara, na época de Geisel, pelas bandalheiras e roubos na relação da empresa com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE. "O truque, que está transformando o decreto do confisco numa das maiores farsas de

nossa história" está mostrado, timitim por timitim, na matéria central que dá a manchete desta edição.

Marcando em cima o jornal dá cobertura às greves, como a de Niterói e, militantemente, joga junto a posição oficial do partido. Nesta mesma linha, mais posicionado, o **Jornal dos Trabalhadores** também inova nesta sua terceira edição comprando briga com os reformistas no movimento sindical e explicando porque os sindicalistas combativos em São Paulo resolveram convocar a manifestação do 1.º de Maio para São Bernardo e não para a "unitária", da Praça da Sé.

Por fim, numa modéstia em excesso, o jornal dá para o comício de lançamento dos candidatos majoritários paulistas apenas 15 mil pessoas presentes.

Voz da Unidade

O **Voz** acaba de encerrar uma longa série de quatro ensaios de autoria do

Secretário Geral, Giocondo Dias, sobre "A questão da social democracia". Insistindo muito na distinção, na "fratura intransponível entre comunistas e social democratas" os ensaios tratam do problema apenas a nível histórico e europeu, e de modo bastante genérico.

No último parágrafo da longa série a única menção ao Brasil, mas indireta e vaga, sem endereço certo: "Especialmente em países como o nosso, a unidade de esforços com setores de esquerda e populares, afins à social democracia, é uma possibilidade que os comunistas devem explorar intensivamente". Alguns diriam: trata-se do PT.

Mas, dentro da tradição metodológica das lutas internas dos PCs, a série parece ser, na verdade, mais uma parte do jogo interno que hoje se trava entre os soviéticos e os "euro" e que deve desaguar no próximo congresso.

Convergência Socialista

Depois do desgaste sofrido ultimamente no PT por suas posições e práticas sectárias dentro do partido, a **Convergência** busca se recuperar um pouco. A última edição do jornal traz carta à direção do PT onde o **Convergência** insiste em sua fidelidade ao partido (pena que não negue nem critique nenhuma das caracterizações da direção do PT como "burocrática", a ela atribuídas) e mais, fora de seus costumes, estampa duas páginas de entrevista com Lula sobre o momento político e o PT.

As Malvinas não aparecem nesta edição, mas são assunto para um suplemento especial lançado na última semana onde, num arroubo nacionalista oportunista, a **Convergência** propõe formar no Brasil comissões de solidariedade em torno de algumas bandeiras, entre elas: "Todo apoio econômico e militar à Argentina". O jornal contudo não chega a ousar (mas a pergunta fica posta), se devemos lutar para o envio de soldados brasileiros combaterem sob o comando da ditadura de Galtieri.

Tribuna da Luta Operária

A **Tribuna**, em vermelho, dá uma rata. Fechada na quinta, rodada na sexta, mas com data de circulação a partir de

segunda, dia 3 de abril, ela estampa na primeira página "Guerra das Malvinas é prá inglês ver". E assim, o jornal sai às ruas dizendo que a guerra é de palavras quando mais de mil argentinos já estão mortos.

Na página três, como de hábito, uma matéria sob o título "O apoio da burguesia ao socialismo de Lula" comenta o comício dos candidatos do PT paulista (que foi o maior comício político desde 64): "a manifestação em si não apresentou grande novidade"! Mas, em seguida, invejando a presença de Júlio Mesquita, dono do **Estado**, no comício, pergunta: "porque Lula não convidou também a tribuna?"

O São Paulo

Para alguns pode parecer estranha a presença do semanário da Arquidiocese de São Paulo nesta coluna. Mas quem irá negar a dimensão política (indubitavelmente legítima ainda que nem sempre explícita) de muitas comunidades eclesiais de base, pastorais e, principalmente, a prática de vários setores da igreja? Por exemplo a última edição do **São Paulo** traz na coluna "Encontro com o pastor" de D. Paulo Evaristo Arns um artigo sobre "O trabalhador e a política". Logo de início D. Paulo afirma: "Diversos partidos apresentam trabalhadores como candidatos... uma novidade que merece reflexão". Para em seguida fazer um resumo da doutrina trabalhista da igreja à luz da encíclica papal sugerindo aí o crivo político para os cristãos nas suas escolhas eleitorais. E, ao final, conclui D. Paulo: "Foi com apreensão que muitos brasileiros viram líderes sindicais e operários passarem da luta sindical direta para a luta política... essa resolução só se justifica se os partidos assumirem as grandes causas do povo... o empenho político se justifica e se torna até imperioso por causa do bem estar comum".

O estilo, como de praxe, é vago; igualmente a plataforma sugerida à luz da encíclica. A plataforma aprovada pelo PT, por exemplo, está claramente à sua esquerda. Mas isto é a luta política para dentro do próprio PT, ainda que mediada pelos métodos da igreja. O que importa é o endereço e o recado, que são claros: vote PT. (F.A.)

O PT e as organizações da esquerda

Aberto o debate em Minas

Com a presença da direção nacional do partido inicia-se o debate entre os petistas mineiros sobre as correntes políticas no interior do PT, sua prática, suas virtudes e seus equívocos.

Da sucursal

No último dia 24 a direção do PT mineiro convocou todos os petistas, tendências, agrupamentos e correntes de opinião a um debate sobre o PT e as organizações de esquerda, tendo como convidado especial a própria direção nacional do partido: Apolônio de Carvalho, membro da executiva nacional, e autor de um texto sobre o assunto, veio participar desta ousada iniciativa.

Os promotores do debate procuravam politizar a discussão sobre a existência e o comportamento das correntes de esquerda do PT mineiro. Por muito tempo, campearam dentro do partido versões de que as organizações de esquerda, no seu conjunto, procuravam apenas se fortalecer; que visavam apenas os seus objetivos particulares além de serem as peças da manipulação e do oportunismo. Em razão disso, procurava-se criar uma falsa polarização: o divisor de águas dentro do PT passava a ser os "Organizados" versus os "Independentes", estes sempre se colocando como petistas de primeira linha.

Tal questão voltou a surgir com toda a força na última pré-convenção estadual. Enquanto a posição majoritária dentro do PT mineiro defendia o lançamento do maior número possível de candidatos proporcionais, buscando regionalizar o voto e aumentar ao máximo a votação do PT, alguns destes "independentes", visando garantir a viabilidade das suas próprias candidaturas, mascaravam com argumentos sutis sua intenção de manter verdadeiras "reservas de domínio" por regiões inteiras do Estado. Tudo isso em nome da cruzada contra as "organizações de esquerda", acusadas de praticar exatamente aquilo que estes tão bem fazem há algum tempo. (Ver ET n.º 146).

Abre-se o debate

Pois bem, nada melhor que abrir o debate sobre as acusações levantadas.

Pois, curiosamente, quem tinha culpa no cartório sequer apareceu. A começar, pelos próprios "independentes". Eram tantas suas críticas, tão sólidos seus argumentos, mas, apesar de insistentemente chamados, não se deram o trabalho de apresentá-los à direção nacional do partido...

Os representantes dos jornais **Trabalho e Convergência Socialista** apareceram marginalmente e os do **Companheiro** surgiram defendendo com um razoável grau de desfaçatez sua posição frentista para o PT. No seu curso, o debate teve muito de discussão entre Apolônio de Carvalho e representantes deste próprio jornal (**EM TEMPO**).

A abertura coube a Apolônio de Carvalho, que fez uma exposição didática e recheada do texto sobre o assunto elaborado pela Executiva Nacional do partido: "O PT e sua relação com as demais correntes de esquerda".

Muitas foram as questões abordadas no debate que se seguiu, ocupando praticamente todo o dia.

Inicialmente, um dirigente petista de Minas Gerais destacou que se o PT tinha sua origem na dinâmica espontânea do movimento de massas, ele possuía raízes, e muitas, também junto ao passado do movimento revolucionário brasileiro.

No caso de Minas Gerais, foi explicitamente citado o fato de que a constituição do PT na região, sua legalização, deveu-



Apolônio, pela direção nacional, presente ao debate.

se em grande parte ao esforço político das organizações de esquerda comprometidas com sua construção.

Mais que isso, que a idéia da constituição de um amplo partido classista e de massas antecedia, do ponto de vista político, o próprio surgimento do PT a nível nacional, o que se comprova pela tentativa de articulação de um Partido Socialista na década passada, onde se procurava cavar espaço na sociedade brasileira, nos momentos iniciais da abertura política. Para certas correntes, portanto, não se tratou assim de uma entrada tardia dentro do partido, quando este se tornou viável, mas de um compromisso político com a construção do PT desde o primeiro instante, de maneira leal e incondicional, trazendo ao PT forças acumuladas em anos de repressão e clandestinidade.

Sobre a história do PT

Mais adiante outros companheiros levantaram que, no histórico feito por Apolônio, havia alguns desacordos factuais: a) A carta de 1.º de Maio de 1979, ao contrário do que foi dito por Apolônio, não coloca o PT como "frente política", mas como partido classista, mesmo tendo sofrido a influência das poucas organizações que naquele momento aderiram ao partido. E o socialismo é apenas citado numa frase, e não exageradamente no final da Carta: "Não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia"; b) São exatamente as correntes que vão se incorporando ao PT a partir do 1.º de maio, entre as quais a AP e o MEP (que viram fracassar seu projeto de construir um partido "popular", algo como um MDB da bancada parlamentar "autêntica") é que introduzem fortemente a idéia da frente política e a crítica à Carta do 1.º de Maio.

Noutro ponto da discussão foi defendida a necessidade de existência das organizações de esquerda a partir de vários aspectos.

Em primeiro lugar, nos períodos de refluxo do movimento, as tendências conseguiram fazer um recuo organizado, acumulando força e experiência, e formulando suas definições programáticas. Sua existência tem uma origem tão legítima quanto a do PT, sendo também fruto da luta de classes.

Em segundo lugar, apesar de todos seus avanços, o PT ainda tem grandes indefinições: ao nível da prática, o

partido não possui uma política sindical ou estudantil, ou qualquer outra com algum grau de homogeneidade, o que deixa em aberto o tipo de relação que o partido deverá manter com a massa dos trabalhadores.

O papel das organizações de esquerda

Em terceiro lugar, o PT é ainda indefinido sobre a questão da legalidade/ilegalidade, colocando-se numa situação até certo ponto vulnerável caso haja mudanças conjunturais de peso.

Por fim, a questão da transição para o socialismo, a visão do socialismo, a questão internacional, enfim, várias posições programáticas são ainda assuntos em aberto dentro do PT, cabendo uma ampla margem de dúvidas e discussões.

Por estas razões, justifica-se a necessidade de se manter as organizações que apostam no futuro do partido, em particular daquelas que não medem esforços para sua construção, e mantêm para com ele uma postura de dedicação e lealdade. Isto, claro, não significa acriticidade em relação ao partido, pelo contrário.

Outro destaque no debate foi a constatação de que, se os "autonomistas" ou "independentes" criticaram sempre as tendências, eles próprios são uma tendência dentro do PT. Reunem-se sempre, têm posições comuns. Só que fundamentam sua existência em razões muito mais vulgares que aquelas que alimentam a maioria das organizações. Organizam-se como tendência para combater outras tendências; não possuem definições programáticas maiores e abusam da inexperiência política da enorme massa dos filiados do PT para fazer sua política.

O "independentismo" mal organizado

Mais que isso, não oferecem nenhuma alternativa de atuação política aos trabalhadores, a não ser atirar invectivas contra os "grupos" e as "tendências".

Muitos e muitos outros temas foram abordados e, certamente, este debate é ainda inicial. Mas, o mais importante para todo o PT é que este debate foi aberto de uma maneira clara dentro do partido, colocando-se em termos reais. É mais do que necessário que questões como essas sejam abordadas de uma maneira direta para que se rompa de vez o preconceito contra as organizações políticas no seu conjunto, e que estas sejam criticadas e analisadas a partir de suas posições e sua prática no interior do PT: se participa ou não da construção do PT; se obedece ou não à democracia e ao centralismo internos do partido; se possui ou não uma política aparelhista, sectária, etc. E não pela mera razão de serem tendências.

Por fim, é importante que esta discussão caminhe para uma solução política aceitável: a regulamentação do direito de se formar tendências no interior do partido, para que a democracia seja consolidada, e que se determine uma convivência política correta e democrática para todos dentro do PT.

EM TEMPO:

A Editora Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • CEP 05414
• Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

"Abaixo a Ditadura! PT na Prefeitura!"

Fala Ismael, candidato à prefeitura de Nova Iguaçu.

Com este lema o PT de Nova Iguaçu (RJ) encerrou sua plenária democrática que escolheu como candidato do partido à prefeitura Ismael Lopes, um dos fundadores do PT no Rio e em Nova Iguaçu, hoje com 1,2 milhões de habitantes, uma cidade dormitório de alta composição operária. Depois de mais de três meses de debates em todos os núcleos do município entre os dois candidatos propostos, de discussão do programa e da tática eleitoral, o partido em Nova Iguaçu concluiu seu processo interno de uma forma democrática e unitária, dando um importante exemplo de como se constrói um partido operário e de massas.

Batemos um papo com Ismael, depois da plenária, e aqui ele expõe como o PT de Nova Iguaçu vai para esta campanha eleitoral.

— Aqui em Nova Iguaçu há uma organização popular tradicionalmente forte, através do MAB. Como se poderia pensar o avanço desta organização rumo à construção de embriões de um poder popular? Como a campanha do PT pode servir para isto?

— Olha, foi aprovado hoje, em nosso programa municipal, a criação de um Conselho Popular. Embora não tenha sido definida a composição, os mecanismos de funcionamento deste conselho, mas a gente já tem uma idéia mais ou menos do que seja. Este conselho popular seria um órgão em que estariam representados todos os setores da comunidade, não só através dos movimentos de bairro, mas também os sindicatos. Então a idéia



ainda a ser mais aprofundada é de um conselho que expresse através de representantes os anseios populares e dos trabalhadores sobre a vida municipal. Se eleito o PT vai governar em acordo com a vontade deste conselho, se submetendo às suas decisões. Agora, independente do PT chegar à prefeitura, a gente vai defender esta idéia, esteja ou não o PT na prefeitura.

— Como seria a relação deste conselho com a prefeitura, no que toca à sua autonomia?

— De forma alguma ele seria subordinado ao estado, através da prefeitura. O PT, ao contrário defende a completa autonomia deste conselho e o desatrelamento dos sindicatos do estado. Este

conselho não tem nada a ver com o poder público institucional. Como poder público institucional, representando, entre outras coisas, o povo tem aí a câmara de vereadores. Se estamos propondo o conselho, é porque a gente não concorda com a câmara dos vereadores, que é o parlamento burguês municipal e não representa efetivamente os interesses do povo. Este conselho não seria de 10 ou 20 pessoas mas, quem sabe, até uns 500 representantes, dependendo da proporcionalidade, e que não teria que deliberar sobre todos os aspectos. Teria setores sobre a questão da educação, por exemplo, composto basicamente por professores, pais de alunos, estudantes,

funcionários. Sobre a questão de transportes, os companheiros dos bairros e os trabalhadores neste setor. O conselho delibera no seu conjunto sobre as questões gerais. Não é nada inviável ou um aglomerado confuso, mas uma forma objetiva de realizar a democracia com real participação popular.

— Muita gente pensa que a plataforma nacional seria um referencial importante mas de pouco uso na campanha, que seria uma campanha especificista, miúda. No final da plenária, o grito de todo mundo era: "Abaixo a ditadura, PT na prefeitura", já fazendo uma combinação da plataforma nacional com a campanha à prefeitura. Como seria isso na campanha?

— Nós jamais iremos difundir a ilusão de que ganhar uma prefeitura, de que calçar uma vala, de que colocar uma luz num poste, vai resolver o problema do povo. Os problemas de Nova Iguaçu não são reduzidos a isto. Estamos integrados numa sociedade, que vive sob um determinado modelo econômico. O flagelo que os trabalhadores vivem hoje jamais vai ser resolvido a nível municipal. E também não é só uma questão de governo, seja municipal ou estadual. A gente sabe que a sociedade em que vivemos é uma sociedade iníqua, exploradora, em cima de um modelo capitalista. A nível municipal vamos colocar sim os problemas cotidianos e prementes da população, mas nunca esquecendo de ter como alvo maior acumular forças pra derrubada da ditadura que representa a exploração capitalista neste país.

Movimento de favelas / RJ

Cresce a oposição ao peleguismo

Por Joaquim Soriano

Lançando um movimento de veemente oposição à completa desmoralização da FAFERJ, aparelhada pelo chaguismo em aliança com os adeptos do *Hora do Povo*, a "União dos Favelados" mostrou força e capacidade para abrir novos caminhos ao movimento dos favelados cariocas.

No último domingo de abril, dia 25, houve eleições para a diretoria da Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro — a FAFERJ. Junto com as eleições, realizou-se também o Encontro de Favelados do Rio de Janeiro. Realizar encontro e eleições no mesmo dia e no mesmo local (Quadra do Olaria) era já um ponto de discórdia entre as duas chapas concorrentes. Para se entender os motivos, um pouco de história.

Em 1979 juntaram-se numa só chapa todas as lideranças combativas e democráticas para derrotar a diretoria de então, encabeçada por Jonas e comprometida com o governo do estado, fazendo parte da máquina do governador Chagas Freitas. A chapa vencedora era encabeçada por Irineu. Acontece que o pelego Jonas entrou com processo na justiça para anular as eleições. Do outro lado, a FAFERJ do Irineu cada vez mais se afastava dos objetivos a que se propunha, na medida em que um grupo de diretores e seus acessórios, ligados ao *Hora do Povo*, aparelhavam a entidade e a tornavam ponta de lança de suas posições político-partidárias.

Com a fusão do PMDB ao PP no Rio de Janeiro, um novo discurso de Irineu e das páginas do HP, o chaguismo de inimigo nº 1 do favelado passou (como num passe de mágica) a ser um aliado do favelado! E aí, pelas cúpulas, Jonas e Irineu promoveram a unificação das duas FAFERJs montando uma só chapa. Acontece que as lideranças combativas e democráticas que, apesar de Irineu e de Jonas, continuaram a fortalecer o movimento favelado, realizando o trabalho de base em cada comunidade não aceitaram as mágicas do HP. Propuseram uma chapa de unidade com Irineu, mas sem o pelego Jonas. Mais uma vez os agapistas preferem o pelego.

É assim que surgiu a chapa 2 — UNIÃO DOS FAVELADOS — por uma FAFERJ voltada para as lutas dos favelados; democrática, politizada e apartidária.

A oposição fortalecida

Para Irineu e Jonas, o encontro de favelados pretendia ser um grande comício do PPMDB, para o fortalecimento da candidatura Miro entre os favelados. É por isso que a chapa 2 não queria eleições e encontro no mesmo dia. Em todo o caso, o encontro demonstrou, que mesmo Irineu só dando a palavra ao Miro (impedindo que o PT e o PDT se manifestassem) os favelados têm bem presente as



marcas da administração chaguista. Com todo o dinheiro e ônibus disponíveis, o comício do Miro tinha pouco mais de 500 pessoas.

Quanto às eleições, a chapa 1 (Irineu mais Jonas mais Miro mais HP) teve 76 votos, a chapa 2 teve 48 e mais 5 nulos e 2 brancos.

Mesmo a chapa 2 não ganhando a diretoria, ficou claro que existe uma grande força com disposição de trabalhar na entidade como oposição.

A chapa 2 e todos aqueles que a apoiaram já fizeram uma primeira reunião de balanço e brevemente vão lançar a público um documento colocando suas posições e vontade de trabalhar, mesmo na oposição, para se, ter uma FAFERJ democrática e apartidária, que centralize e fortaleça a luta dos favelados. Para isto, um dos elementos centrais é dinamizar as delegações zonais da entidade e valorizar o conselho de representantes.



O apelo de Cuba

No contexto dos governos latino-americanos, foram os cubanos e os nicaraguenses quem tomaram a posição mais resoluta contra o imperialismo, oferecendo inclusive apoio militar à Argentina.

Por uma ironia da história, foi exatamente o governo argentino quem assumiu no período recente a posição de apoio incondicional, inclusive com o envio de instrutores militares, à intervenção norte-americana na América Central. A posição dos governos cubanos e nicaraguenses, reflete não um oportunismo tático mas a completa ausência de vínculos econômicos e políticos com o imperialismo — o que não ocorre com os outros governos latino-americanos. A seguir, transcrevemos o comunicado do governo cubano à Argentina.

“Quando em todos os cantos do mundo crescia a exigência de que não se devia interromper o processo de negociações sobre as Malvinas, o orgulho colonialista do governo britânico — que agora conta com o apoio imoral do imperialismo norte-americano — a lançou contra o território argentino, pretendendo impor pela força o que não lhe pertencia por direito.

Cuba repudia essa agressão intolerável e reitera sua solidariedade com o povo argentino que combate em defesa de sua soberania.

Toda a hipocrisia do chamado sistema inter-americano, forjado pelos imperialistas dos EUA para servir a seu próprio interesse, ruiu agora quando frente ao ataque de que é vítima um país



da América Latina o governo norte-americano se une aos agressores e oferece a eles o seu irrestrito apoio militar e político. A verdadeira natureza do TIAR fica a nu e uma vez mais os povos da América Latina e do Caribe comprovam quem é o seu inimigo histórico.

Esta é a hora da solidariedade latino-americana. A causa das Malvinas é a causa do povo argentino e, portanto, a causa da América Latina e do Caribe, a nossa causa. É preciso deter a agressão e impor o direito. Os países da América Latina estão no dever de apoiar a Argentina com todas as medidas que sejam necessárias. Cuba está disposta junto com os povos da América Latina a cumprir este dever.”

Trotsky e as Malvinas

O debate sobre a posição dos revolucionários frente a uma guerra da burguesia não começou com as Malvinas.

E os grandes dirigentes da revolução mundial mostraram há tempos como se posicionar nestas circunstâncias.

Publicamos a seguir uma carta que Leon Trotsky escreveu para Diego de Rivera em 1937, quando começou a guerra entre a China e o Japão. A analogia com a guerra das Malvinas é instrutiva.

“Nós não colocamos e nunca temos colocado todas as guerras no mesmo plano. Marx e Engels apoiaram a luta revolucionária dos irlandeses contra a Grã Bretanha, dos poloneses contra o Czar, embora nestas duas guerras nacionalistas os líderes fossem, em sua maior parte, membros da burguesia e inclusive, as vezes, da aristocracia feudal... em qualquer caso católicos reacionários.

Lênin escreveu centenas de páginas demonstrando a necessidade primária de distinguir entre nações imperialistas e nações coloniais e semi-coloniais, que compreendem a grande maioria da humanidade. Falar em “derrotismo revolucionário” em geral, sem distinguir entre países explorados e exploradores, é fazer uma miserável caricatura de bolchevismo e colocar a caricatura ao serviço dos imperialistas.

No Longínquo Leste, nós temos um exemplo clássico. A China é um país semi-colonial e o Japão a está transformando, à vista de todos, em um país colonial. A luta do Japão é imperialista e reacionária. A luta chinesa é emancipadora e progressista.

Mas Chian Kai-shek? Nós não temos ilusões em Chan Kai-shek, seu partido ou a classe dirigente chinesa, assim como Marx e Engels não tinham ilusões sobre as classes dirigentes na Irlanda ou na Polônia. Chian Kai-shek é o assassino dos trabalhadores e camponeses chineses. Mas está forçado, apesar disso, a lutar contra o Japão para manter a independência da China. Amanhã, ele pode trair mais uma vez. É provável. Inclusive é inevitável. Mas hoje está lutando. Só covardes, canalhas ou completos imbecis podem se negar a participar nessa luta.

Utilizamos o exemplo de uma greve para clarificar a questão. Nós não apoiamos todas as greves.

Se, por exemplo, uma greve é convocada para excluir negros, chineses ou japoneses de uma fábrica, nós estaremos contra essa greve. Mas, se a greve procura melhorar — na medida do possível — as condições de vida dos trabalhadores, somos os primeiros a participar, qualquer que seja a liderança. Na grande maioria das greves, as lideranças são reformistas, traidores profissionais, agentes do capital. Eles se opõem às greves. Mas, de

tempos em tempos, a pressão das massas ou da situação objetiva os força à luta.

Imaginemos, por um instante, um trabalhador dizendo-se a si mesmo: “Eu não quero participar da greve porque os dirigentes são agentes do capital”. A doutrina desse ultra-esquerdista imbecil serviria para chamar a ele pelo seu nome: **fura-greve**. O caso da guerra chino-japonesa é, desse ponto de vista, inteiramente análogo. Se o Japão é um país imperialista e a China é a vítima do imperialismo, nós apoiamos a China. O patriotismo japonês é a máscara horrível do robô mundial. O patriotismo chinês é legítimo e progressista...

Mas Chian Kai-Shek pode assegurar a vitória? Eu não acredito. Foi ele, no entanto, quem começou a luta e a dirige hoje. Para poder substituí-lo, é necessário ganhar influência decisiva no proletariado e no exército e para fazer isso, é necessário não permanecer suspenso no ar, mas se colocar no meio da luta. Devemos ganhar influência e prestígio na luta **militar** contra a invasão e na luta **política** contra as debilidades, as deficiências e a traição interna.

Estamos às vésperas do 34.º aniversário do Estado de Israel. Três questões podem provocar convulsões de porte na região, marcada há décadas por uma divisão aparentemente inexorável entre as massas árabes e israelis.

Por um lado, a retirada das tropas de ocupação israelis do Sinai, de outro, o reinício das operações “arrasa-quarteirão” do exército israelense, visando consolidar um estado títere no sul do Líbano. Como é que estas duas faces podem pertencer à mesma moeda, à mesma política de Begin?

Desde que assumiu o poder, derrotando os trabalhistas que durante os trinta anos que estiveram à frente do governo não conseguiram eliminar os problemas centrais da população (guerra, inflação, etc), Begin sempre deixou clara sua política. Eliminar a resistência palestina e popular no Líbano, fortalecendo as posições do major Saad Haddad; dividir a frágil aliança árabe, utilizando a dependência egípcia para com os EUA, isolando assim o movimento palestino e as demais forças nacionalistas árabes. Serve-se para os dois casos, de uma velha tática ressuscitada: a utilização de grupos paramilitares com uma capa religiosa (tipo “Gush Emunim”, o Bloco da Fé).

Desta forma, a aparente ambivalência entre a entrega do que restou do Sinai ocupado ao Egito e a política para o Líbano não são mais do que dois pesos da mesma balança. Begin, com uma mão entrega o Sinai ao Egito, fortalece a posição pró-EUA de Hosni Mubarak e enfraquece a já débil unidade árabe. Com a outra, amplia suas operações no Líbano, ameaçando inclusive conduzir Israel a uma nova guerra.

A greve geral

Ao iniciarmos o artigo, falávamos em três questões centrais para a região: a terceira nos parece ser a pedra de toque que poderá

Israel e a questão palestina Uma virada política à vista?

No aniversário do Estado de Israel nota-se uma mudança no estado de espírito das massas palestinas e israelenses: gradativamente vão rompendo com o chauvinismo que marca a política da região nos últimos trinta anos.



Repressão em El Bireh: a ordem é eliminar as lideranças

desmontar todo o esquema de Begin e de seus aliados americanos.

A agressiva política de Begin vem provocando uma revolta generalizada da população palestina, estendendo-se por todos os territórios ocupados, contra a opressão do exército de Israel e o terrorismo das milícias

filo-fascistas (vide o atentado dentro da Mesquita de Omar). Com isso, a OLP foi forçada a alterar radicalmente seus métodos de ação, anteriormente baseados em ações terroristas (do tipo invasões a kibutzim, assassinato dos atletas olímpicos) que a isolavam do movimento operário internacional. A OLP,

tem submetido afinal sua política à ação das massas, chegando a impulsionar uma greve geral de alcance histórico, onde contaram, pela primeira vez, com um certo apoio de parte da população israelense.

Esta greve, deflagrada no início do ano nos territórios ocupados pelo exército israelense (Cisjordânia e a faixa de Gaza), paralisou a totalidade dos serviços públicos e do comércio. O exército reagiu violentamente, obrigando os comerciantes a abrirem suas lojas e os funcionários a trabalhar, culminando com a exoneração dos preceitos árabes ligados à causa palestina e com choques que levaram à morte de vários palestinos, inclusive crianças.

Além disso, a falência histórica do projeto do “sionismo socialista” tem levado à criação de novas organizações de massas, saliente-se o Movimento “Paz Agora” que agrupa trabalhadores, ex-militantes trabalhistas, estudantes, etc... com o evidente concurso dos marxistas revolucionários.

Desta forma, coloca-se atualmente na região a seguinte questão: ou as forças progressistas de Israel, o Movimento “Paz Agora”, os jovens que rompem com o sionismo, nem-se às massas palestinas na luta pela paz e por uma solução socialista para a questão palestina, ou mais uma vez estaremos diante de uma guerra para unir exploradores e explorados pela manutenção do status-quo de opressão nacional e de classe.

Tudo nos leva, entretanto, a crer que, passo a passo, as massas árabes e israelenses vão rompendo com o chauvinismo que, durante 34 anos, tem sido a arma mais importante para a manutenção do poder da região nas mãos dos potentados internacionais. A aliança entre o proletariado e as massas exploradas árabes e israelenses será um passo fundamental para uma paz que, gerida por estas forças, seja em essência o estopim da revolução socialista na região.

1.º DE MAIO/1982 A VOLTA POR CIMA

O primeiro de maio, novamente, trouxe a classe operária às ruas, e aos discursos oficiais. E não apenas no Brasil. Afinal, na Polônia, poucos meses depois do golpe, milhares de manifestantes enfrentaram a polícia em barricadas. No Brasil, o 1.º de Maio pode indicar uma retomada do movimento operário, uma volta por cima na sua reorganização, neste ano em que se fala da construção de uma Central Única e o movimento sindical contesta a ditadura e sua política econômica.

Na região da Grande São Paulo, onde se concentram cerca de 30% dos trabalhadores industriais do país, várias manifestações mostraram a volta da classe operária aos protestos de rua.

Em São Bernardo do Campo, mais de 7 mil pessoas fizeram passeata pelas ruas centrais da cidade, concentrando-se por fim diante do Paço Municipal, onde representantes do movimento sindical fizeram um comício inflamado, culminando com a fala de Lula. Interrompido frequentemente pelos refrões da massa, Lula atacou as propostas de construção de uma CUT de cúpula, propondo, ao contrário, uma Central vinculada e presente nas lutas de base. E já anunciou uma dessas batalhas: se os metalúrgicos de São Bernardo não receberem os 7% de produtividade conquistados nesse dissídio, irão à greve. Atacando a justiça dos patrões, Lula fez um paralelo entre a atuação do Tribunal Superior do Trabalho, que demorou 2 anos para julgar um pedido suspensivo do sindicato operário, relativo à ilegalidade da greve de 1980, mas, em compensação atendeu o pedido dos empresários, no sentido de negar os 7% recomendados pelo Tribunal Regional, em apenas 3 dias. Neste ponto,

lembrou que a "classe operária vai caminhar para acabar com essa justiça dos patrões, com esse governo corrupto e tomar o governo para decidir seu próprio destino. E pra isso, não adianta esperar os dirigentes sindicais pelegos, é preciso ir ao sindicato e arrastá-los para a porta das fábricas". Mas a massa pegou fogo quando denunciou o imperialismo americano em El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Bolívia. Neste momento, um refrão se espalhou: "Brasil, Polônia, América Central, a classe operária é internacional".

Na capital paulista

Outras manifestações foram realizadas em Itaquera, zona leste, e em Santo Amaro, zona sul, concentrações operárias. Em Santo Amaro, duas passeatas foram realizadas, reunindo cerca de 800 pessoas ao todo, com participação do PT, Pastoral Operária e Oposições Sindicais. Outros atos foram realizados também em Osasco.

Na praça da Sé, centro da cidade, cerca de 3 mil pessoas se reuniram, convocados pela Comissão Sindical Única, sindicatos e federações. Mais do que um ato operário ou trabalhista, propriamente dito, tratou-se de um comício eleitoral, onde a tônica

foi jogar a resolução dos problemas da classe trabalhadora para depois das eleições parlamentares de novembro próximo, onde "se elegerá um governo democrático de unidade popular". Desse modo, as palavras de ordem unitárias do movimento sindical tiradas na I CONCLAT, foram substituídas pela linha claramente parlamentarista. Mesmo assim, não deixou de apontar o fato de que, grande parte do movimento operário, mesmo os setores burocratizados, se sentem na necessidade de se colocar claramente contra o governo militar. Ao menos verbalmente...

Em Minas Gerais

Em Minas Gerais, na cidade operária de Contagem, cerca de 1000 manifestantes se concentraram na Praça dos Trabalhadores, realizando passeata promovida pela Pró-CUT e pelos movimentos populares. Apesar das confusões geradas pela propaganda partidária de muitos oradores, ofuscando o caráter unitário do ato, a sua composição nitidamente operária e popular indica a possibilidade de um avanço para a reorganização do movimento, rumo a um ENCLAT democrático e massivo em Minas Gerais.

OPINIÃO

Comparado com as manifestações de 1.º de Maio de 1979/80, quando a greve dos metalúrgicos de S. Bernardo arrastou o movimento sindical para um ato unitário, neste ano, desde as preparações, podia-se observar uma tendência à descentralização e diferenciação dos protestos.

E os dois grandes atos de S. Paulo mostraram, também, a diferença de perspectivas: por um lado na Praça da Sé, discursos nacionalistas e expectativas de rejuvenescimento da estrutura sindical da ditadura (privilegiando as federações e demais órgãos de cúpula), colocando a classe trabalhadora como auxiliar do grande "movimento democrático da nação".

De outro lado, em São Bernardo, o chamamento à ação direta dos operários e à sua organização política própria. Essa principal diferença apareceu assim em dois níveis: no programa (principais reivindicações) e a nível de organização (que tipo de CUT, que tipo de participação nas instituições burguesas). Para os petistas, a questão não é de participar ou não dos sindicatos existentes, mas como lutar para modificá-los. Nem de participar ou não na luta contra a ditadura, mas de participar organizados em seu próprio partido. De todo modo, ainda está por descobrir a maneira de construir o movimento unitário dos trabalhadores, que poderia desembocar na construção da CUT. Uma luta onde muito se vai depurar (R.M.)

OLÍVIO

— Como está funcionando a Comissão Pró-CUT?

As reuniões da Comissão Nacional Pró-CUT são de dois em dois meses, precedidas por reuniões da executiva que são mensais, na sede da CONTAG em Brasília.

Ultimamente, nas reuniões da Comissão Nacional, tem aparecido pessoas que não são da comissão e que lá, como observadores, na verdade tentam reforçar as propostas da Unidade Sindical. As reuniões são muito discursivas, as pessoas se repetem o que prejudica a objetividade e torna superficiais as discussões. A CNP-CUT — Comissão Nacional Pró-CUT — está se atrasando em relação as reivindicações da base da classe trabalhadora, um exemplo disto, é a questão da comissão de fábrica de São Bernardo.

É indispensável que todos os membros da executiva e da Comissão Nacional Pró-CUT, principalmente aqueles com efetivo trabalho de base, se façam presentes às reuniões, para que este quadro se altere.

— E a CUT, em agora?

Na nossa visão a CUT não pode ser criada de cima para baixo, portanto não é no congresso que a CUT

CUT/82 - OPINIÕES

Entrevistas com Olívio Dutra, dirigente cassado dos bancários de Porto Alegre, Toninho, do Sindicato de Telecomunicações de Minas Gerais (SINTEL) e Francisco Carlos de Souza, metalúrgico, ativista sindical e petista.

seria criada. O Congresso poderá homologar a CUT já existente na base através de organismos intersindicais vivos e realmente representativos pré-existentes, nos municípios e nas regiões.

A visão da Unidade Sindical é de que a CUT deve existir de imediato e a questão da representatividade ser resolvida depois.

Para nós o Congresso para ser representativo tem que ter igual número, senão superior de delegados que o 1.º CONCLAT e que os encontros estaduais se realizem de forma mais representativa e democrática.

Queremos que o Congresso se realize na data definida pela 1.º CONCLAT e aprofunde discussões de como construir a CUT, redefinindo a composição e o papel da Comissão Nacional Provisória.

Para nós a direção da CUT deve ser eleita em processo amplo com voto direto e secreto de cada trabalhador em sua respectiva base.

TONINHO

Como está a preparação para o ENCLAT em MG?

— O quadro do movimento sindical hoje, em termos de articulação intersindical, é pior que o do ano passado, hoje a desmobilização é maior. Devido ao desemprego, crise econômica etc. O ENCLAT estava marcado para 29/30 de maio, mas deverá ser realizado no início de junho, pois estávamos empenhados na preparação do 1.º de Maio e no repúdio à condenação dos sindicalistas do ABC paulista.

E quais são as grandes questões que devem ser debatidas neste ENCLAT?

— A principal questão que será debatida é a própria criação da CUT agora. Existem muitas dúvidas a este respeito. As posições pela criação da CUT já em agosto deste ano não têm

respaldo das bases. Acho que a tendência maior é de não sair a CUT agora. Os ENCLATS serão o melhor fórum para se avaliar isto.

E o que propor ao invés da criação da CUT?

— O ideal hoje é referendar uma comissão pró-CUT que seja realmente unitária, que consiga encaminhar o movimento a nível nacional.

Mas então, voltaríamos à situação do ano passado?

A pró-CUT de hoje reflete mais a própria debilidade do movimento sindical do que propriamente a "culpa" de seus participantes. Uma pró-CUT enraizada e unificada, para dinamizar as lutas do movimento, é o fundamento para uma CUT pela base, democrática. Não acho que deixar de fundar a CUT em agosto seja um retrocesso. Seria retrocesso maior se criássemos um organismo sem apoio real, desacreditando o movimento, àqueles militantes que tanto esperam uma verdadeira CUT e que não são poucos.

CHICO

— A CUT deve sair?

Em primeiro lugar, seria fundamental, para sua existência efetiva uma articulação das lutas de base, de modo que tivéssemos, na CONCLAT, delegados por fábrica, regiões operárias, das assembléias sindicais. Esse é o caminho para criar instâncias intercategorias, com encaminhamentos das lutas realmente unitárias, de modo que as palavras de ordem da CONCLAT estivessem não apenas no papel, mas na vida, rumo à greve geral contra o modelo econômico, a exploração e a opressão. Este é o caminho para se criar a CUT.

— E as articulações dos autênticos e oposições sindicais?

Bem, a ANAMPOS, essa articulação, pode se constituir, de fato, numa unidade necessária de lideranças do movimento sindical autêntico e dos movimentos populares, com os seguintes objetivos: constituir-se num polo classista, com capacidade para enfrentar a chamada Unidade Sindical, composta, quase totalmente, de pelegos e reformistas; contribuir para criar essas condições que falei, para uma central comprometida profundamente com as lutas, unificar o movimento operário e popular.

Oposição sindical dos químicos/SP

Partindo para ganhar

Retomando as melhores tradições da categoria e com um bom enraizamento nas principais fábricas, a oposição promete arrasar o peleguismo que toma conta do sindicato há dezoito anos. As eleições vão ser de 24 a 27 de agosto.

Por Sérgio Ruckert

Venho de há muito lutando contra o peleguismo e as ditaduras. Nosso sindicato foi fundado na ditadura getulista, com o Galvão. Nos reuníamos aos domingos embaixo de uma ponte do Tietê. Mas logo fomos derrubados e, em nosso lugar, ficou um interventor que permaneceu até '56. Nesse ano, conquistamos da mão dos pelegos o sindicato para, em '64, vir uma nova intervenção. Em '66 tentamos formar uma oposição nas eleições. Fomos derrotados por falta de organização e apoio. (depoimento de um operário químico aposentado).

Um dia após o 1º de Maio, os químicos e farmacêuticos de São Paulo lançaram sua oposição sindical no salão de uma igreja do Tatuapé. Presentes mais de duzentos membros e simpatizantes da oposição, todos com o sentido de retomar a luta, agora com uma oposição organizada e contando já com uma chapa para concorrer às eleições nos dias 24, 25, 26 e 27 de agosto.

A democracia da oposição

Uma categoria de sessenta mil membros e apenas doze mil sindicalizados, teve no Comitê de Mobilização de 80 o seu núcleo combativo nas campanhas salariais e que deu origem à oposição, apesar das pressões da diretoria do sindicato, que sempre se mostrou mais disposta a conversar com os patrões do que defender os interesses de suas bases. Nair, da atual diretoria e uma das articuladoras da oposição, relatou sua experiência junto ao sindicato: "Quando há três anos entrei na diretoria, pensei que pudesse realizar um trabalho de fábrica, como vinha fazendo até então. Mas o restante da direção podou todo o meu trabalho e em vez de ampliá-lo ocorreu o contrário. Agora, com a oposição, temos de partir para ganhar".

O lançamento da oposição e da chapa refletiu esse trabalho. O programa, fruto de diversas discussões em grupos por fábrica.



contou com mais de quatrocentos pontos de luta, problemas vividos desde a empresa, passando pela defesa de um sindicato independente frente ao estado, aos patrões e aos partidos políticos, chegando a propostas de unificação das diversas categorias de trabalhadores na defesa de seus interesses comuns. A plataforma da campanha eleitoral restringe os pontos do programa às questões mais imediatas como salários, insalubridade, unificação das datas-base de dissídio dos químicos e farmacêuticos e a democratização do sindicato, com a ampliação de suas atividades.

A democracia que imperou nas discussões para a escolha do programa e da plataforma foi estendida também à formação da chapa. Em várias fábricas realizaram-se mini-convenções para a escolha de membros. Numa delas, a Nitroquímica, a oposição chegou a reunir cerca de trezentos companheiros, saindo dali três componentes da chapa.

Arrasar os pelegos

Com o lema de "acima dos interesses parti-

culares, o interesse da categoria. Ombro a ombro. Os maiores adversários são os pelegos e os patrões", foi referendado na convenção a chapa, que preocupou-se bastante com a participação das mulheres. De um total de 24 membros, seis são mulheres duas estando na executiva. (Waldemar, Jorge, Chico, Nair, Francisco Jr., Nilza e Domingos).

Na convenção de domingo, a oposição recém composta já contou com a solidariedade de diversas categorias.

Agenor, da oposição dos químicos de Santo André, deu o fecho aos discursos: "não sabia que os químicos de São Paulo tinham uma oposição tão bem organizada e tão democrática".

Quero dizer ainda que os problemas são iguais nas duas cidades. Os patrões exploram os trabalhadores como se fossem cana, num dos capitalismo mais selvagens do país, esse das fábricas de produtos químicos e farmacêuticos.

Mas o problema mais sério é arrancar os pelegos, é arrasar aquele que mentem e que roubam", concluiu.

Deu oposição

Os metalúrgicos de Santo André comemoraram no último dia 4 a retomada de seu sindicato, com a posse da nova diretoria eleita, pondo fim a dois anos de intervenção. Encabeçada por Miguel Rupp, apoiada pelas diretorias cassadas de Stº André e S. Bernardo, a chapa 1 obteve 7590 votos cerca de 80% dos 9502 votantes, contra apenas 1421 votos obtidos pela chapa dos interventores, articulada pelo próprio presidente da Junta Governativa, Antonio Moraes.

Para Miguel Rupp, novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, "a vitória da Chapa 1 representa a vitória do trabalhador metalúrgico contra a intervenção do governo nos sindicatos, o reconhecimento do trabalho da antiga diretoria cassada e o posicionamento da categoria pela retomada de um sindicato de lutas, enraizado nas fábricas".

"A chapa foi composta à partir de um trabalho da diretoria cassada nas portas das fábricas e a indicação pelos próprios trabalhadores dos nomes que deveriam compor a nova diretoria". Este é o fator fundamental apontado por Miguel, para a vitória da chapa 1, pois "com isso, temos um representante de cada uma das grandes e médias fábricas da região". "Com isso, o trabalhador de base identificou muito bem quem era a chapa de luta e quem era a chapa do governo, dos interventores que dilapidaram o sindicato.

A proposta de trabalho da chapa 1 é organizar as Comissões de Fábrica, lutar pela estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salário para garantir emprego para um maior número de trabalhadores e a Construção da Central Única de Trabalhadores.

"Nosso princípio básico, diz Miguel Rupp, nossa meta prioritária, é levar um trabalho a exemplo das lutas dos anos anteriores para que nosso sindicato volte a ser um sindicato de lutas".

Greve nos Estaleiros de Niterói

Os Patrões não vão ver navios

Depois de mais de uma semana de greve, os metalúrgicos de Niterói continuam firmes em sua proposta de derrotar os patrões. Como estes continuam intransigentes, o movimento foi para dissídio coletivo e no dia 6, julgada a legalidade da greve

Desde a zero hora do dia 28 de abril os 17 mil metalúrgicos de Niterói e Itaboraí encontram-se em greve, devido à intransigência e à negativa dos patrões em negociarem as reivindicações da categoria.

Fruto de ampla consulta às bases, uma constante num dos mais combativos sindicatos do país e aprovada em assembléia geral do dia 4 de março, a pauta de reivindicações foi entregue a seguir aos patrões — O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval. As reivindicações são as seguintes: Estabilidade no Emprego (12 meses); 15% acima do INPC; Cr\$ 31.460,00 de piso salarial; 35% de insalubridade sobre o piso; 40 horas semanais; comissões operárias nas empresas e CIPAs dirigidas pelos operários.

A diretoria do sindicato convocou uma assembléia, a 17 de abril, onde foi aprovada a GREVE como forma de pressão, no dia 20 em nova assembléia a deflagração foi aprovada para a zero hora do dia 28.

Os patrões ofereceram a seguinte contra-proposta: 4%, 3%, 2% de índice de produtividade para as diferentes faixas salariais; piso de Cr\$ 21.000,00 e RECUSA em negociar os outros pontos da pauta.

No dia seguinte, 29 de abril, a paralização estendeu-se por todas as empresas até mesmo empreiteiras como a SETAL (que constrói

anteparos, módulos e superestruturas para a PETROBRÁS) e onde os operários são considerados da construção civil, apesar de lutarem há anos para pertencerem à categoria metalúrgica.

Piquetes necessários

É muito grande a participação da base no movimento grevista, com grande mobilização para a formação de piquetes. Segundo Abdias dos Santos, presidente do sindicato, devido à grande rotatividade da categoria, os piquetes são necessários para esclarecer a um grande número de trabalhadores novos a necessidade e a utilidade da arma da greve.

Instaurado o dissídio coletivo, foi marcada para às 14 horas do dia 30 a primeira audiência de conciliação, onde os patrões elevaram sua proposta para 4% acima do INPC para toda a categoria e piso de Cr\$ 23.720,00, fazendo crer ser esta sua última e definitiva proposta. Continuaram negando a discussão das outras reivindicações.

Os patrões alegam não poder elevar sua proposta para evitar as crises e falências. Demagogia pura! Segundo cálculos do DIEESE, os estaleiros registraram um crescimento real de 86,4% sobre 1980 e a produtividade no setor teve um aumento de 23,63%. Além disso existe o Programa Permanente de Construção Naval (PPCN), que financia a

indústria naval para o período 81/85. Este programa permitirá acrescentar à frota brasileira 1 milhão de toneladas de porte bruto, por ano, e a aplicação de 1 bilhão de dólares anuais até 1985. Isto significará em 1982 um crescimento aproximado de 13% em termos de navios entregues a armadores nacionais e estrangeiros (1,4 milhões de toneladas contra 1,2 milhões em 81) e de 17% em termos de navios lançados ao mar (970 mil toneladas contra 830 mil ton. em 81).

Apoio à Greve

Cabe a todas as associações, sindicatos, movimentos que já enviaram moções de apoio, o efetivo APOIO POLÍTICO E MATERIAL para a sustentação desta greve. É necessário que o PT se lance de corpo inteiro no apoio à greve. Os metalúrgicos de Niterói continuam, como antes, dispostos a negociar, mas negociar em termos reais... e manter a greve se for necessário. Como disse Abdias, na assembléia do dia 30: "para não voltarmos ao trabalho humilhados e com o rabo entre as pernas". (Augusto Tadeu).

Atenção: Qualquer apoio material deve ser enviado para o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí (Travessa Cadete Xavier Leal, 31 — Centro, Niterói), ou: para o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

SÃO BERNARDO

7% ou Greve

Quando convém à justiça dos patrões e do governo, ela se mostra de uma eficiência de se admirar. A mesma justiça que levou 2 anos para resolver em definitivo a situação dos sindicatos do ABC, na questão da ilegalidade da greve de 1980, não gastou mais que 3 dias para responder ao recurso feito pela Federação das Indústrias, na questão do índice de aumento salarial dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Itú, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Santa Barbara D'Oeste.

Quando as negociações com os patrões falharam, os sindicalistas recorreram ao TRT — Tribunal Regional do Trabalho — para a solução do dissídio. Este, votou um aumento de 7% acima do INPC para todas as faixas salariais, enquanto que a Federação dos Metalúrgicos, filha dileta dos patrões, que negociara em separado, conseguira apenas um aumento escalonado de até 5% para os níveis salariais mais baixos.

Assim que o TRT anunciou sua decisão, a FIESP protestou e recorreu ao TST — Tribunal Superior do Trabalho — e não deu outra. Três dias depois, aquele tribunal anulou a sentença anterior e estabeleceu um índice de apenas 4% acima do INPC.

No entanto, os trabalhadores mais uma vez prejudicados, avisam que não vão ficar quietos: se no dia 10 de maio seus salários não tiverem um aumento real de 7%, vai haver greve.

Eleições UTE-MG

A União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais é um exemplo vivo de uma entidade sindical construída a partir da mobilização da categoria. Recuperar o seu funcionamento democrático e combativo é preservar uma das maiores conquistas do movimento dos professores e a tarefa maior no processo de eleições de sua nova diretoria.

Por Heloisa Greco e Maria Inês Nahas



A União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais tem hoje menos de três anos de idade e representa cerca de 140 mil professores da rede pública, espalhados pelos 722 municípios do estado. A tradição de luta da entidade remonta às suas origens: a UTE nasceu da grande explosão grevista de 79, na qual os professores superaram anos e anos de exploração e imobilismo.

As principais características da UTE, enquanto entidade sindical, também estão ligadas ao seu processo de criação: uma entidade democrática (criada pela base), de combate (criada a partir das lutas) e completamente desatrelada, autônoma e independente do Estado. Daí a sua grande importância não só para a categoria, como também a nível do movimento sindical em geral. Não consideramos exagero destacar a sua importância histórica para o movimento: ela constitui uma manifestação concreta da viabilidade da palavra de ordem de liberdade e autonomia sindical.

Este projeto, no entanto, hoje está ameaçado. A UTE está apenas sobrevivendo e bastante precariamente. A sua criação não foi seguida de um processo consistente de construção: a entidade está praticamente por ser

construída. As dificuldades não foram e não são pequenas. Sendo uma proposta inteiramente inovadora, a UTE contou com uma diretoria inexperiente e heterogênea, incapaz de dar direção ao movimento e de manter um trabalho coletivo e regular no período de refluxo. Não houve a formulação de uma política clara e sistemática que enfrentasse para valer as dificuldades da criação de uma infraestrutura que permitisse o funcionamento da entidade e da organização dos professores.

Canais emperrados

Sem a criação de canais diferenciados de participação, que englobassem os mais diversos setores da categoria, a entidade foi consumindo aos poucos o vigor remanescente dos momentos de ascensão. Hoje, ela está praticamente reduzida a uns poucos ativistas, abandonada inclusive por boa parte da diretoria. O trabalho de base está bastante precário. As regionais e sub-sedes do interior se esvaziaram: não conseguem manter um funcionamento sequer razoável. O trabalho nas escolas está, portanto, comprometido. A falta de infra-estrutura (que reflete também a desorganização da entidade) dificulta até mesmo a veiculação de informações e discussões: a

imprensa da UTE só funciona em momentos determinados, sem a periodicidade necessária para um trabalho regular.

Outro problema sério está ligado à democracia interna da entidade. Os canais de deliberação estão emperrados: existem os congressos anuais e as assembleias nos períodos de mobilização salarial. Mas, já que o funcionamento da diretoria é precário e, o que é talvez pior, o Conselho de Representantes está atualmente sem funcionamento algum, na prática são algumas poucas pessoas que respondem pelo dia a dia da entidade. Por outro lado, não existem tampouco canais de cobrança. Isto tudo compromete seriamente o princípio da democracia sindical, que sabemos muito bem, deve também ser construída a cada dia.

Construir a entidade

Todas estas dificuldades que consideramos subjetivas têm como pano de fundo e agravantes as chamadas dificuldades objetivas: as características da categoria que, apesar de seu grande potencial de combatividade, é heterogênea e dispersa; a conjuntura difícil de acumulação de forças do movimento sindical; a dificuldade de sobrevivência de uma enti-

dade sindical combativa e desatrelada num regime de ditadura.

A UTE está saindo agora de uma campanha salarial fraca — reflexo fiel das suas dificuldades de organização — e entrando no processo de discussão para a mudança de diretoria. A importância deste momento é grande e sua responsabilidade também. Só um processo de discussão corajoso e ousado permitirá uma campanha eleitoral aberta e democrática, cujas tarefas principais serão o equacionamento dos problemas e o deslançamento de um verdadeiro processo de construção da entidade. Vale a pena tentar um empreendimento tão difícil? Acreditamos que sim, pois a UTE continua sendo reconhecida pelos professores como sua entidade representativa, ou seja, ela continua, mesmo precariamente, defendendo as reivindicações legítimas da categoria.

Além disso, do ponto de vista do movimento sindical brasileiro a construção da UTE significa na prática uma derrota infligida ao peleguismo e à estrutura sindical atrelada e um reforço ao polo combativo, demonstrando a viabilidade de uma organização própria, independente do governo e dos patrões, ligada apenas aos próprios trabalhadores.

Professores de Goiás A greve de sete vidas

Os professores de Goiás estão em greve desde o dia 17 de abril. Mesmo decretado ilegal pelo ministério do Trabalho, o movimento encurrala o governo estadual preocupado com o desgaste no ano eleitoral.

Por Américo Bernardes

Desde o dia 17 de abril, os professores de 1.º e 2.º graus da rede estadual de Goiás estão em greve. Segundo Osmar Magalhães, presidente do Centro de Professores de Goiás, 95% das escolas de Goiânia estão paradas e mais 65 cidades do interior, sendo que outras cidades ainda estão aderindo ao movimento. Isto implica em aproximadamente 400 mil estudantes sem aulas.

A deflagração da greve é resultado de um intenso e longo processo de mobilização. Em 13 de fevereiro, foi concluído o documento com dez pontos de reivindicações e encaminhado ao governo do Estado. As principais são a equiparação salarial com a rede federal (hoje os professores da rede estadual ganham em média Cr\$ 13 mil, enquanto um professor da rede federal ganha em média Cr\$ 40 mil) e a aprovação do estatuto do magistério, elaborado por uma comissão mista CPG - Secretaria de Educação.

No dia 19 de março, a diretoria do CPG é recebida pelo governador de Goiás — Ary Valadão. Este, numa demonstração de raro cinismo, diz desconhecer as reivindicações dos professores e pede que os professores esperem. Já era iminente a deflagração de greve.

São realizadas mais de cem assembleias com pais, professores e alunos (sendo que 60 na capital). No dia 16 de abril, o secretário de Educação recebe a diretoria do CPG e diz não poder dar resposta, já que o governador estava viajando. Neste momento esgotam-se as possi-

bilidades de espera dos professores. E em assembleia que contou com a presença de representantes de 40 cidades do interior, é decretada a greve na rede estadual.

Em um primeiro momento, o governo finge desconhecer o movimento, esperando vencê-lo pela exaustão. Qual não é seu susto ao verificar que, ao invés, ele se fortalecia a cada dia. Começam a surgir as ameaças de demissões após a decretação da ilegalidade da greve por Murilo Macedo, no dia 23 de abril. Até agora já foram demitidos ou removidos cerca de 130 professores por atos que, segundo Osmar, são totalmente ilegais.

Os diretores das escolas, a serviço da Secretaria de Educação, pressionam os professores, mostrando a eles sua carta de demissão. A greve se mantém firme e o governo começa a tomar medidas desesperadas. Para a diretoria do CPG, a perspectiva de vitória é clara, já que o governo não poderá suportar este movimento por muito tempo (seu candidato a governador está para ser escolhido e esta greve está provocando um desgaste muito grande).

No dia 5 de maio será realizada nova assembleia e a greve deve continuar. As entidades ligadas à educação já começaram a se mobilizar mais, a fim de dar apoio à greve. Está sendo discutida uma paralisação de um dia nas escolas particulares em solidariedade aos grevistas. O momento é decisivo. Os professores mantêm a pauta de reivindicações e não aceitam a interrupção da greve como condição de negociação. Sua paciência para o cinismo do governo já se esgotou.

O DOPS e a construção civil/SP Intimidar é preciso

O DOPS não se cansa de auxiliar os patrões e os pelegos da construção civil. Além da participação ostensiva no policiamento das assembleias, agora deu prá intimidar diretamente a oposição sindical.

As relações entre a atual diretoria do Sindicato da Construção Civil de São Paulo e Osasco e o DOPS já são bastante conhecidas desde as últimas eleições, quando a Chapa 2, de oposição, foi flagrantemente lesada e seus militantes espancados pela polícia. Nestas eleições, as urnas saíram sem fiscais e a campanha da Chapa 1, da pelegada, foi feita pelos encarregados dos departamentos de pessoal, pelo patronato.

Após as eleições, a coisa continuou a mesma. Demissões de alguns ativistas da oposição e assembleias fantasmas contando com a presença maciça de elementos do DOPS. No entanto, o auge deste feliz relacionamento chegou com a intimação feita a dois companheiros, Raimundo Pereira, ex-candidato à presidência, pela oposição e Jayme Brenner, ativista da oposição e do PT.

O primeiro está sendo judicialmente processado por calúnia (acusou a pelegada de desviar dinheiro do sindicato) e o segundo foi interpelado por ter escrito uma matéria (ver ET, n.º 146), abordando o absurdo que foi a campanha salarial da categoria, cujas decisões foram tomadas por menos de 200 pessoas, a maioria aposentados, sendo que a categoria compreende quase 200 mil trabalhadores.

Esta matéria, em razão de ter ultrapassado o espaço disponível no jornal, sofreu pequenas alterações. Em função disto, ocorreu um mal entendido. Foi publicada uma acusação aos policiais do DOPS, de estarem recebendo dinheiro da pelegada. A oposição ainda não possui provas disto e foi prontamente interpe-



lada pela Delegacia Sindical do DOPS, razão pela qual publicamos esta réplica.

Se por um lado reconhecemos a infelicidade na transição da matéria, por outro, de maneira nenhuma abrimos mão de denunciar a ação coercitiva e antidemocrática dos agentes do DOPS e suas relações escusas com os pelegos do sindicato, nem muito menos de apoiar a oposição sindical da construção civil em sua luta por esclarecer o caráter destas relações e apurar as denúncias existentes sobre a corrupção neste sindicato. (Jayme Brenner)

O feminismo na praça, no parque e nas cabeças

Semana contra a violência à mulher

Por Maria Teresa Verardo

Terminou no domingo passado, a *Semana Contra a Violência à Mulher*, organizada pela mesma comissão que preparou as comemorações do dia internacional da mulher em São Paulo. Esta promoção marca o início da continuidade proposta no dia 8 de março e será seguida por três outras: a da sexualidade, com início marcado para o fim do mês de maio, a de discussão do movimento de creches e, por fim, a semana contra a discriminação da mulher no trabalho.

Essa semana se reveste de uma importância toda especial pois é, no momento, a única atividade que está sendo levada no movimento feminista por grupos de mulheres unidas em um trabalho comum, independente de suas respectivas entidades ou partidos.

Era um sábado gelado (24 de abril), talvez o dia mais frio deste ano em São Paulo. Num palco, em Mauá, diante de uma Igreja, oito figuras tentavam representar os vários atos que compunham a peça do SOS. Tentavam porque era quase impossível se mexer ou falar naquele frio terrível. Sentadas no chão, encolhidas, pouco mais de cinquenta mulheres assistiam a representação e só mesmo muito interesse, muita identificação as prendia ali naquela grama úmida.

A peça retratava o cotidiano do SOS, que é também o cotidiano de violências de milhares de mulheres. Composta de flashes sobre espancamento, estupro, violências na rua, assassinatos, descaso na delegacia, desproteção da lei e principalmente impotência das mulheres diante da violência de que são vítimas, ela permite a abertura de debates sobre essas questões.

Aí começa a surpresa: as cinquenta mulheres presentes queriam falar, um pouco sobre a apresentação, um pouco para aprofundar determinados flashes,



Ennio Brauna Filho

um pouco para acrescentar outros tipos de questões que não foram abordadas, mas todas tinham algum caso para contar, todas tinham algo para falar. Valeu a pena o frio que quase deixou todas congeladas.

No dia seguinte o teatro foi para São Miguel Paulista e repetiu-se o fato. Das cem mulheres presentes poucas foram as que não falaram.

Agora o teatro vai para Santa Izabel, Santo Amaro (duas apresentações), Carapicuíba e Osasco.

Isto demonstra que o SOS, que estava em busca de novos caminhos talvez tenha encontrado o rumo correto, levando a discussão da violência aos lugares onde ela mais acontece, na periferia.

Domingo no parque

Em continuidade, se realizou no dia 29 de abril, no Sindicato dos Jornalistas, um debate que contou com a presença de Mariza Correia (violência contra o menor), Marilena Chauí (pequena história da violência e violência entre

mulheres), Ana Stuart (depoimento de uma empregada doméstica), Dulce (violência contra a mulher negra), Cida Kopitack (a mulher da periferia) e Teka que falou sobre a experiência do SOS.

Esse debate se revestiu da maior importância para as 250 pessoas que lotaram o auditório do Sindicato dos Jornalistas, em sua grande maioria mulheres que atuam no movimento feminista. Atualmente, a maioria delas está nas frentes de trabalho, num ativismo desenfreado, que embora bastante compensador, é também muito desgastante, pois o tempo de reflexão é mínimo.

Um debate como esse, neste momento, que vem reafirmar a importância do trabalho, fortalecer a atuação dessas militantes e trazer novas questões, novos caminhos serviu como um estímulo para continuar a luta.

Um dia de sol, muito verde, muita alegria, brincadeiras e música no Parque do Ibirapuera encerrou a Semana Contra a Violência.

O teatro se apresentou ao ar livre, no gramado do parque, chamando a atenção de cerca de cem pessoas que participaram ativamente da discussão. Doces e sanduíches naturais, camisetas e adesivos eram vendidos transformando o espaço numa feira. Brincadeiras com temas feministas eram disputas pelos presentes. E tudo terminou numa roda de samba.

Mostrando que temas sérios como a violência podem ser tratados com bom humor, esta semana demonstrou ser, senão um sucesso devido a sua pouca divulgação, pelo menos uma agitação importante de um tema tão relevante e presente na cabeça das mulheres que participaram do evento.

Futebol

O grande campeão

Os segredos e a mística do Flamengo, time que em nove anos conquistou dezenove títulos, entre eles, os dos torneios mais importantes do mundo.

Por Sérgio Papi

O Flamengo conquistou no penúltimo domingo, em Porto Alegre, seu segundo campeonato nacional em três anos, seu décimo-nono título em nove anos, computados todos os torneios no exterior, os campeonatos do Rio, a Libertadores e o Mundial inter-clubes.

Como explicar o sucesso desse time? A mística e as lendas dos tempos imemoriais; a torcida, uma verdadeira população apaixonada; uma administração moderna e objetiva e, principalmente, uma singular geração de jogadores, toda ela praticamente garimpada nas divisões interiores do próprio clube. São estes os ingredientes mágicos desse time.

A nova mentalidade administrativa tomou a direção do Flamengo, em 1977, com Márcio Braga e a posterior contratação do técnico Cláudio Coutinho, que jamais havia dirigido um clube de futebol em toda a sua vida, mas que acompanhara o trabalho da comissão técnica da antiga CBD desde 1970, ano do tri, e que também dirigira a nossa seleção olímpica em 1972, em Montreal.

Coutinho se tornou em tempo recorde o mais ousado de nossos treinadores e pode fazer do Flamengo um laboratório de futebol moderno, aproveitando essa geração de jogadores que ele formou e que hoje desponta no time titular do campeão nacional: Leandro, Tita, Adílio, Andrade, Júnior e Zico. Foi, contudo, estigmatizado por grande parte da imprensa esportiva do país, principalmente em outros estados que não o Rio, que o considerava um mero almofadinha, poliglota, importador de táticas européias.

Tarimbás

Aliás, esse é um preconceito antigo no Brasil e todo técnico que o enfrentou sofreu pressões terríveis: o brasileiro, por se julgar o melhor, nunca havia visto com bons olhos as transformações de estilo que lhe eram impostas pela forma de jogar do vasto continente. Essa mentalidade mudou bastante depois do



fracasso de 74 e Coutinho foi peça fundamental para a quebra desse preconceito.

Possui o Flamengo, além de outros requisitos que o vêm ajudando a ganhar títulos, um supervisor eficiente e um preparador físico que está há muito tempo na Gávea e que conhece os jogadores desde o infantil, José Roberto Francalacci. Outro detalhe importantíssimo

foi a participação de dois jogadores veteranos e já consagrados em outras equipes. Falo de Raul e de Carpegiani.

O goleiro, verdadeiro professor da arte de fechar o gol, além de boas maneiras possui um dom especial de tranquilizar sua defesa em horas críticas como mostrou no último jogo da decisão em Porto Alegre. Quando o juvenil

Antunes, que havia entrado em lugar de Leandro, quase entrega a "rapadura", permitindo depois de perder na disputa de bola, um chute que encobriu por pouco a meta de Raul, este ficou mais preocupado em acalmar seu lateral do que com a bola propriamente dita.

O outro, Carpegiani, enquanto jogou foi o símbolo de liderança e consagração do time de Coutinho. Já tendo nesta época preocupações com teorias táticas, sendo portanto o discípulo natural do técnico, levando a campo a visão globalizante de Coutinho, ao mesmo tempo, jogando e levantando taças. Hoje, Carpegiani, é um técnico em ascensão, mas que tende a superar o mestre, pelo menos em número de títulos.

Zico, o símbolo

A campanha desse ano no Nacional foi brilhante como era de se esperar. Uma primeira fase arrasadora, vencendo sete partidas, duas delas contra o poderoso São Paulo, base da seleção atual, de virada, bem ao gosto da torcida, revivendo assim os grandes momentos de tradição pela garra e pelo suor, a mística da camisa que joga sozinha. Empatou apenas uma partida nesta fase contra o fraco Náutico, em tarde pouco inspirada.

Mas a história daí até o título foi outra. Visivelmente desgastado e caindo no grupo mais difícil da segunda fase, o Flamengo teve que superar para conseguir a segunda posição no grupo. Teria na fase seguinte mais dificuldades ainda para superar os bons times do Sport e do Santos.

Chegou às semi-finais contra o também poderoso time do Guarani deslançando outra vez, com Zico já despontando na tabela do artilheiro e fazendo grandes atuações. A grande final, em três partidas, foi memorável, com o Grêmio, como sempre, subindo muito na reta final e disposto a ganhar o bi. Zico, símbolo maior do time, deu a vitória ao melhor, presenteando Nunes com um passe magistral, que o atacante conferiu.

Métodos stalinistas Convergência expulsa fundadores

Eduardo e Ana Santa Cruz foram fundadores da Convergência Socialista. Lutaram desde as épocas da repressão brutal, quando a ditadura era mais forte e o movimento de massas e sindical ainda se encontrava na defensiva, por uma opção democrática e socialista para o nosso país. Deram sempre o melhor de si, mesmo como muitos sacrifícios, até de ordem pessoal. Conheço-os há muitos anos. Ana era quase uma menina. Quase uma menina, que anos depois, em 78, magra, cabelos curtos, vibrante foi uma das principais dirigentes da grande greve dos bancários de Porto Alegre. Conheço-os há muitos anos, e nem sempre tivemos em acordo político, mas sempre fomos amigos.

Desde que saí da CS, em fins de 79, não os tenho visto. Notícias deles, uma vez por outra. E agora, recebemos a carta que publicamos, ao lado. Não preciso dizer o repúdio que tenho pelos métodos degenerados, anti-leninistas, que serviram para excluir estes dois companheiros da organização de que foram fundadores.

Sabemos que não necessitamos dizer a estes dois companheiros, e nem a centenas de outros, que nós que fazemos ET estamos dispostos a buscar juntos uma verdadeira prática socialista. (Júlio Tavares)

"Inimigos do partido, agentes provocadores do Centro Internacional de Reconstrução, falsificadores. Como tais devem ser tratados. A proposta original de separação da fração e a expulsão de FL somente foi modificada a partir destes fatos para a expulsão do conjunto da Fração como inimigos.

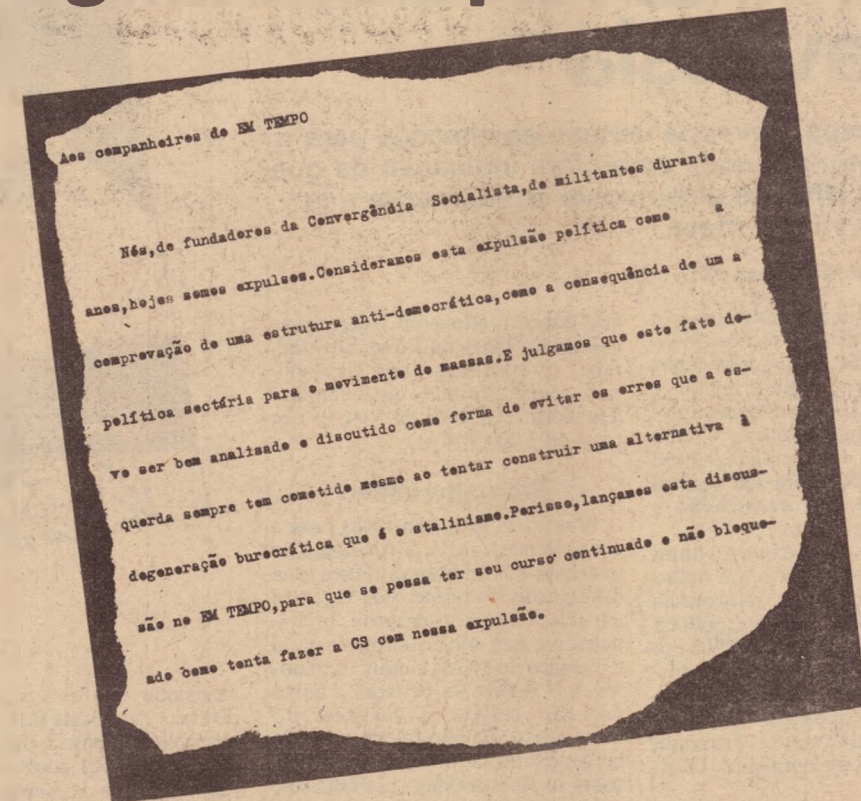
Considerando o afirmado anteriormente, o congresso resolve:
EXPULSAR TODOS MEMBROS DA FRAÇÃO."

Este é o final da resolução que expulsou da Convergência Socialista a Fração e a nós especificamente. Entendemos que esta discussão não pertence em absoluto à Convergência, nem tão pouco aos "expulsos" e sim a toda a vanguarda interessada em alterar o sistema de opressão capitalista. É necessária a discussão sobre a organização e os métodos, visando desvendar o que existe por trás desta interrupção do curso normal da polêmica.

O problema metodológico que esta expulsão traz em si deve ser enquadrado em três aspectos de um marco geral:

- a) a existência de um grande ascenso a nível mundial e nacional, objetivamente favorável ao desenvolvimento e organização dos trabalhadores;
- b) a existência de uma tendência favorável ao desenvolvimento de uma corrente alternativa ao stalinismo;
- c) a ausência de uma direção consolidada e provada que possa se reivindicar como a única alternativa.

A CS é incapaz de entender estes mínimos elementos da realidade. Ao contrário, se propõe como a única, onipresente e onipotente alternativa. Não entendendo isto, não pode admitir a pluralidade de posições, é incapaz de conviver com a divergência e portanto com a democracia interna. Sendo assim não nos admira que não possa coexistir com a polêmica, necessária e frutífera, da atuação na luta de classes.



ma, necessária e frutífera, da atuação na luta de classes. Julgando-se a única com o passo certo, incorre no erro de substituir ao movimento de massas pelo seu próprio movimento. Confunde seus interesses como sendo os do movimento de massas.

Razões ocultas

Não podemos deixar ainda de apresentar um agravante a esta situação, que foi o momento particular em que se dá a discussão: o rompimento, em nossa opinião de maneira absolutamente irresponsável e equivocada, de um dos agrupamentos internacionais. E é bem sabido que em momentos como estes surge necessariamente o debate, a análise e não como quer a CS os alinhamentos automáticos. Para que esta discussão seja feita, é necessário a maior democracia possível. Mas isto não pode ser entendido pela CS, pois a CS não reflete as necessidades do movimento de massas e, sim as suas próprias necessidades subjetivas.

Mas não é só por não entendimento que ocorre a expulsão. Existe um outro motivo da expulsão.

Enquanto tratamos de questões gerais ficava mais difícil perceber a necessidade da expulsão. Mas a realidade é que existe uma ligação estreita entre esta discussão e a política para o Brasil. Ao ser incapaz de compreender a realidade objetiva e subjetiva da

luta de classes, não pode apresentar uma proposta correta, especialmente para o PT. Não poderia ser feita a discussão sobre o PT com a nossa presença. Era necessário que estivessemos fora, pois a política é absolutamente desastrosa e de caráter oportunista.

Oportunismo político

A discussão nacional, internamente, iniciou-se e depois foi cancelada. E foi cancelada pois antes queriam "limpar o terreno e depois discutir". Sabiam perfeitamente que a discussão nacional iria ser a concretização de toda uma concepção, e sabiam que nossas posições se tornariam muito mais claras para o conjunto da CS. Por isto, era necessário cortar o "mal" pela raiz. Este comportamento tem semelhança com o seu comportamento quando da polêmica aberta por Julio Tavares no EM TEMPO. Ao invés de entrar na polêmica, busca as válvulas de escape. Não entra no mérito das críticas, mas busca as saídas da discussão. Mas por que faz isto também externamente? Por que não pode apresentar publicamente sua real posição política sobre o PT?

Não poder apresentar sua verdadeira posição política possui um nome: oportunismo político. A CS falseia sua posição não somente para a van-

guarda, mas para todo movimento de massas e estas sempre foram muito rigorosas com este comportamento.

Seu comportamento é que a CS é a verdade e o resto... bem, o resto é apenas o resto... E isto não se discute. É a síntese de seu espírito de seita, que hoje predomina internamente.

Antes de encerrarmos esta nota, queríamos ainda abordar duas questões que consideramos de relevante importância.

Em recente nota distribuída pela CS, nos acusam de sermos uma absoluta minoria. Não achamos que esta seja uma discussão fundamental, mas de qualquer maneira mais uma vez buscamos enfiar a discussão. "Esquecem-se" de ver todo o processo de formação da posição. "Esquecem-se" de analisar que há dois anos atrás houve uma ruptura de aproximadamente 50% da CS. Que esta ruptura, embora de maneira menos clara, já apontava para o que hoje levantamos. Esquecem-se de quantos sentindo-se impotentes ou como vítimas desta política, saíram pelo caminho. E podemos afirmar com certeza que se tratavam de ativistas, parte de uma corrente que surge na luta contra a ditadura militar após 68 até hoje. Nós, poucos, que fomos expulsos não somos o início, nem o fim deste processo.

A impotência da CS

Além disto, queremos deixar clara nossa apresentação, para que não seja enevoada como falsificadores ou como mentirosos o que é dito em recente nota distribuída. Esta explicação não se dirige aos responsáveis por estas acusações, pois estes estão absolutamente comprometidos com esta metodologia, mas aqueles que novos agora estão chegando a atuação política. Temos toda uma trajetória de anos de atuação no movimento de massas, no período de dura clandestinidade, de reconstrução dos organismos sindicais e políticos do movimento de massas. Somos, e isto eles não podem falsificar, fundadores e membros da CS há muitos anos, sob condições muito mais adversas que hoje vivemos. E quando falamos que somos poucos, não podemos admitir este engajamento desde a fundação, ou que somos dos poucos que ainda permaneceram. A CS tenta minimizar o fato da expulsão, tenta criar atenuantes acusando como o faz em sua resolução. Disfarça a expulsão política, porque nem a onipotente CS pode admitir isto.

Enfim, nos dirigimos especificamente aos jovens ativistas que hoje se engajam à CS. Queremos deixar claro que nossas críticas não se dirigem a eles, embora atuem neste momento como cúmplices deste método equivocado. Nossas críticas se voltam aos responsáveis por esta política e sabemos que o choque com a realidade ainda vai trazer muitas surpresas para estes jovens ativistas.

Saudações

Eduardo Scaletsky
Ana Santa Cruz

P. Alegre, 01 de maio de 1982.

Atos de lançamento da revista PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Em São Paulo

Dois datas importantes marcaram já a curta duração da nossa revista PERSPECTIVA INTERNACIONAL. A primeira, foi em 23 de abril último, quando no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, realizou-se o ato de lançamento do nosso órgão internacionalista. Com a participação de mais de cem pessoas, o jornalista Paulo Schilling, o presidente do Sindicato dos Couros de São Paulo, Paulo Skromov, o jornalista João Machado do EM TEMPO e um representante da PI, debateram durante mais de três horas.

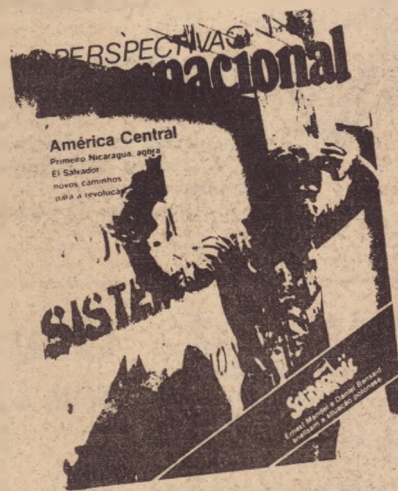
O tema escolhido para o debate foi "El Salvador": a intervenção dos EUA na América Central. Paulo Schilling pôde dar sua contribuição relatando e analisando o que recentemente viu na América Central e na Argentina. Da mesma maneira, entrevistaram os companheiros Skromov e João Machado, que além de saudarem o surgimento da PI, deram todo seu apoio militante à revista, centrando suas intervenções na urgência da

solidariedade internacionalista à revolução salvadorenha e o reconhecimento da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como direção do povo salvadorenho.

Na parte final, uma série de intervenções debatendo igualmente a revolução salvadorenha e sublinhando — cada um à sua maneira — a necessidade cada vez maior de não apenas apoiar as lutas de outros povos oprimidos mas também criar estruturas orgânicas para os trabalhadores de todo mundo. A "construção de uma Associação Internacional dos Trabalhadores" foi mencionada como um instrumento necessário para barrar e derrubar o imperialismo mundial como também para desmoralizar os governos stalinistas dos países do "bloco soviético".

Em Porto Alegre

A segunda data importante para a PI foi em 29 de abril último. Cerca de cem pessoas, reunidas no Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da



UFRGS, apoiando o lançamento da revista, aproveitaram para discutir a necessidade da luta contra a agressão imperialista não só em El Salvador mas também a insanidade desta guerra criminosa entre o governo ultra-reacionário de Margaret Thatcher da Inglaterra e do ditador argentino, Galtieri.

Na nossa agenda já está também incluída uma data para o lançamento da PERSPECTIVA em Minas e em Goiás. Bom sinal, prova que a PI começa a pegar no breu...

Neste sentido, é bom que todos os leitores do EM TEMPO e da PERSPECTIVA INTERNACIONAL fiquem atentos pois o segundo número já está saindo. Nele, o centro será mais do que nunca a América Central — principalmente El Salvador e Nicarágua. Artigos sobre a Polônia, China e um teórico sobre a "Necessidade de uma Organização Internacional revolucionária" de E. Mandel e J. Ross, completarão o quadro desta segunda edição.

(Wagner Cardoso)

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição e Impressão: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

PERSPECTIVA Internacional

Assinatura Anual: Cr\$ 1.200,00
Rua Francisco Leitão, 57
CEP-05414 — São Paulo

UEE Minas Gerais Vitória esmagadora de Travessia

Com cerca de 55% dos votos, a chapa *Travessia* venceu as eleições para a diretoria da UEE Minas Gerais. A vitória é mais uma clara indicação de que um polo alternativo à diretoria da UNE se desenvolve rapidamente e já começa a virar a mesa.

Por Américo Antunes (*)

Nos dias 28 e 29 de abril foram realizadas eleições para a diretoria da União dos Estudantes de Minas Gerais. Concorreram três chapas: **Renovação** (composição entre os adeptos dos jornais *Hora do Povo*, *Gazeta Democrática* e *Voz da Unidade*), **Arrastão** (composição entre os adeptos da *Tribuna da Luta Operária*, do extinto jornal *Companheiro* e da tendência *Caminhando*) e **Travessia** (composta por simpatizantes do jornal *EM TEMPO* e um adepto de *O Trabalho*).

A vitória foi de **Travessia**, e de uma forma estrondosa: 55% do total de votos conta 25% de **Renovação** e 12% de **Arrastão**, num total de quarenta mil votantes.

O significado dessa esmagadora vitória tem múltiplos aspectos. Em primeiro lugar, por representar a continuidade do trabalho da antiga diretoria, reafirma de modo inquestionável os princípios que nortearam seu trabalho: a defesa da democracia na condução da entidade, a luta intransigente pelo ensino

público e gratuito para todos e o entendimento de que são os trabalhadores a única força social capaz de derrotar a ditadura militar e construir uma sociedade sem exploração. Reafirma também a luta dessa diretoria em oposição a atual diretoria da UNE com sua política reformista de burocratização e traição do movimento.

Um outro aspecto é que a vitória de **Travessia** desfez todo um boato propagandeado pelos reformistas sobre a "falência" de uma política alternativa à diretoria da UNE em Minas Gerais. Nem mesmo a justificativa de que a vitória se deu devido à divisão da "oposição" pode ser dada. Somando tudo, **Travessia** ainda fica na frente com quase cinco mil votos.

Confirmando isso está o fato que, na esteira das eleições para a UEE, chapas com ela identificadas venceram as eleições para as diretorias dos DCEs das Universidades Federais de Juiz de Fora e Uberaba. Em Juiz de Fora a chapa **Estratégia** ganhou em treze das dezesseis esco-

las, concorrendo com uma chapa dos fãs do **Hora do Povo**. Em Uberaba, os reformistas não conseguiram sequer montar uma chapa e **Travessia** teve cerca de 83% de um total de 2.900 votos.

Polo alternativo

Mas, nem tudo são rosas para a chapa vencedora. A participação de quarenta mil estudantes reflete uma diminuição do número de votantes em relação ao ano passado, principalmente nas universidades Federal e Católica de Minas Gerais, as maiores do Estado. Na Federal, a baixa votação reflete o desgaste do movimento devido à derrota da greve contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários.

Na Católica, o que desgastou o movimento foi uma tumultuada eleição que houve para o DCE, onde os fãs do **Hora do Povo** compareceram com seus tradicionais porretes e até mesmo com um revólver. Nessa eleição, **Travessia** perdeu para **Renovação** por apenas cinco



votos num total de sete mil, havendo diversas denúncias de fraude. Agora, na eleição para a UEE, **Travessia** deu a volta por cima: mais de mil votos à frente de **Renovação**.

A vitória de **Travessia** em Minas, somada a da chapa de mesmo nome para a UEE do Rio Grande do Sul e às derrotas que os defensores da diretoria da UNE tiveram em diversos DCEs do Nordeste indicam que um polo alternativo de direção rapidamente se desenvolve. E não há

dúvidas que só existem dois caminhos: ou se defende a política da diretoria da UNE e a conseqüente derrota diante dos projetos do MEC ou se constrói uma oposição a esta política abrindo espaço para a vitória dos estudantes.

(*) Américo Antunes foi presidente da UEE-MG, gestão *Nosso Tempo*.

UNE: cresce o apelo por um CONEB

Por Álvaro Frota

A coleta de assinaturas para uma petição à diretoria da UNE exigindo a convocação de um CONEB (instância da UNE que reúne as diretorias de todos os CAs e DAs do país) para os dias 29 e 30 de maio está sendo coroada de êxito. Mais de 270 entidades já assinaram e diversos estados importantes como Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro ainda estão para enviar as suas.

Essa petição e as assinaturas já conseguidas foram entregues à diretoria da UNE que irá fazer uma reunião nos dias 10 e 11 próximos. Abaixo, o manifesto de diversas entidades gerais detalhando como vai a campanha.

Neste 1º semestre mais de cem mil estudantes entraram em greve contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários. O processo de luta, levado com muita disposição em todo o Brasil, não conseguiu alcançar seu objetivo imediato: essa portaria — um passo decisivo para a implantação do ensino pago — acabou sendo aplicada de forma diferenciada em todas as escolas.

Os estudantes brasileiros em luta sofreram um revés frente à ditadura militar que prossegue sua política de elitização do ensino. Temos a consciência de que não faltou combatividade ao nosso movimento, mas sim uma centralização a nível nacional. O movimento grevista iniciou disperso e permaneceu assim até o fim, sem a unificação necessária. A diretoria da UNE tem uma grande responsabilidade neste ponto. Era sua obrigação assumir a greve geral que se construía pela base. Pelo contrário, a atual diretoria de nossa entidade máxima "esqueceu" seu papel de direção, aconselhando cada escola a fazer o que bem entendesse. Concretamente, a diretoria da

UNE propôs a desagregação e o fim da greve nas escolas. Tal política contribuiu decisivamente para que os estudantes não alcançassem a vitória.

Com esta avaliação, várias entidades gerais do país (DCEs e UEEs) reuniram-se em Salvador decidindo-se por enviar à diretoria da UNE a reivindicação de convocação de

um CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base, instância que reúne todos os DAs e CAs do país) nos dias 29 e 30 de maio. Para que fosse realizada uma avaliação profunda do que foi este semestre para o movimento estudantil, assim como para delinear nossos próximos passos buscando uma intervenção unitária capaz de responder ao novo aumento nos restaurantes uni-

versitários e ao aumento das anuidades nas particulares.

A diretoria da UNE recusou-se a convocar o CONEB. Pior que isso: ignorou a reivindicação. Imediatamente passamos a coletar assinaturas de entidades de base para garantir a convocação do CONEB. Segundo os estatutos da UNE, um terço das entidades filiadas garantem tal convocação.

Hoje temos mais de 274 assinaturas, o que ultrapassa de longe o número legal exigido.

Neste momento, exigimos que a diretoria da UNE respeite os estatutos de nossa entidade e convoque imediatamente o CONEB. Sua resposta deverá vir impreterivelmente até o dia oito de maio.

A UNE somos nós, nossa força, nossa voz.


Pela unidade do movimento estudantil.

Pela garantia da democracia interna na UNE.

Pelo ensino público e gratuito.

Que a diretoria da UNE assuma o CONEB para os dias 29 e 30 de maio.

Assinam: UEE MG, UEE RS, DCE USP, DCE UNB, DCE UFRGS, DCE UF Pel, DCE UFSM, DCE UFJF, DCE FEPEVI, DCE UFCE, DCE UFU, DCE UMC.



Petição à diretoria da UNE.

"Nós, entidades abaixo assinadas, reivindicamos, de acordo com os estatutos da UNE a convocação de um CONEB para os dias 29 e 30 de maio em São Paulo. Acreditamos que este CONEB ocupe um lugar da maior importância na luta em defesa do ensino público e gratuito, contra a ofensiva do MEC que se aprofundou com a portaria nº 3.82 sobre os preços dos Restaurantes Universitários."

Se o seu DA ou CA ainda não assinou, faça ele assinar o mais rapidamente possível. As adesões podem ser enviadas por telefone ao Grêmio Politécnico da USP fone (011) 813.62.00, falar com Paiva, Jairo ou Pacheco. Se você estiver duro (só se estiver duro) pode ligar a cobrar.

O principal problema do movimento estudantil secundarista da Grande São Paulo é a existência de uma aguda separação entre o que ocorre nas escolas e o que se passa nas instâncias da sua entidade geral, a UMES (União Metropolitana de Estudantes Secundaristas). Em muitas escolas existem festivais, promoções culturais, lutas contra a falta de professores, por quadras de esportes, de protesto contra as taxas de APM. Nas instâncias da UMES, nada disso é levado em conta. O que ocorre são discussões intermináveis e grandiloquentes sobre temas estratoféricos, embaralhadas com questões de ordem, encaminhamento, declarações de voto e tudo o mais. A atual diretoria (composição

Clarear para a UMES - SP

Todo o apoio a chapa de oposição nas eleições dos dias 10, 11 e 12 de maio.

entre os adeptos dos jornais **O Trabalho e Convergência Socialista**) nada fez a não ser brigar entre si. Nada fez em relação à mostra de arte da APEOESP, onde participaram seis mil estudantes, apenas por ter divergências ideológicas com a diretoria desta. Não participou da luta das mães da Zona Leste contra as taxas de APM pois considerou suas reivindicações "atrasadas". Na greve dos funcionários públicos, a ausência foi total. Isso para ficarmos em três exemplos apenas.

Essa situação é reflexo do próprio processo de "reconstrução" da entidade. Não foram feitos encontros localizados de teatro, cultura, escolas pagas, técnicas, esportes, imprensa, etc, que poderiam massificar e unificar de fato o movimento. Apenas foi marcada uma data e realizado um congresso em que só a vanguarda participou.

Aproveitando o espaço aberto pela realização de eleições nos dias

10, 11 e 12 de maio, as tendências **Alternativa**, **Caminhando**, membros da **Pastoral da Juventude** e adeptos do extinto jornal **Companheiro** iniciaram um processo no sentido de tentar criar uma alternativa à atual situação que culminou no lançamento da chapa **Clarear**. O objetivo é fazer um trabalho de base em que todos os estudantes, do mais ao menos consciente, participem nas suas escolas e na UMES. As principais propostas vão no sentido da sociedade participar da escola, através da abertura das quadras e das salas de aula para atividades de todo o bairro; de travar discussões sobre os problemas da juventude, de mudar os currículos, que hoje são instrumentos de reprodução da ideologia burguesa.